

**COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA AO EXAME E AVALIAÇÃO
DA CRISE ECONOMICO-FINANCEIRA E, AO FINAL, FORMULAR
PROPOSTAS AO PODER EXECUTIVO E AO PAÍS,
ESPECIFICAMENTE NO QUE DIZ RESPEITO À REPERCUSSÃO
NA INDÚSTRIA (CRISE-IN)**

RELATÓRIO FINAL

Presidente: Deputado ALBANO FRANCO

Relator: Deputado PEDRO EUGÊNIO

JUNHO DE 2009

ÍNDICE

		Página
1	Atividades desenvolvidas pela Comissão	3
2	Diagnóstico da repercussão da crise na indústria	30
3	Recomendações	432
4	Voto do Relator	60

**COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA AO EXAME E AVALIAÇÃO
DA CRISE ECONOMICO-FINANCEIRA E, AO FINAL, FORMULAR
PROPOSTAS AO PODER EXECUTIVO E AO PAÍS,
ESPECIFICAMENTE NO QUE DIZ RESPEITO À REPERCUSSÃO
NA INDÚSTRIA (CRISE-IN)**

RELATÓRIO FINAL

1 Atividades desenvolvidas pela Comissão

A Comissão Especial “destinada ao exame e avaliação da crise economico-financeira e, ao final, formular propostas ao Poder Executivo e ao País, especificamente no que diz respeito à repercussão na indústria” (CRISE-IN) foi criada por Ato da Presidência de 2 de março de 2009 e teve sua composição aprovada em 23 de março de 2009. Iniciou suas atividades em 24 de março de 2009, estabelecendo um cronograma de trabalho de modo a conjugar dois objetivos complementares: elaborar um diagnóstico da crise e de seus efeitos sobre a indústria brasileira e discutir propostas para combatê-la e contornar suas implicações para o setor.

A Comissão promoveu, de 7 de abril a 29 de maio de 2009, um extenso programa de visitas, reuniões e audiências públicas. Graças às informações recebidas nessas oportunidades, foi possível discutir e consolidar o diagnóstico pretendido e elaborar um conjunto de propostas que servissem de recomendação à Casa quanto às melhores práticas no combate aos efeitos da crise economico-financeira na indústria, apontando prioridades e oferecendo indicação de sugestões a serem encaminhadas ao Poder Executivo.

Foram realizadas, no período, doze reuniões da audiência pública, nas quais foram ouvidas autoridades do Poder Executivo, lideranças

empresariais e dos trabalhadores e destacados estudiosos do tema, conforme descrito na tabela 1, apresentada a seguir.

Tabela 1 – Reuniões de audiência pública realizadas

Data	Convidados	Observações
15/4/2009	Ministro de Estado da Fazenda, Sr. Guido Mantega	Audiência conjunta
28/4/2009	Sr. João Sicsú, Diretor de Estudos Macroeconômicos do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) Sr. José Carlos de Assis, Presidente do Instituto Desemprego Zero Sr. Clovis Scherer, supervisor técnico do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE)	
5/5/2009	Presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI), Dep. Armando Monteiro	
12/5/2009	Ministro de Estado do Desenvolvimento, Indústria e Comércio, Sr. Miguel Jorge	Audiência conjunta
13/5/2009	Presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Sr. Luciano Coutinho	Audiência conjunta
19/5/2009	Secretário de Política Sindical e Relações Institucionais da Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB), Sr. Joilson Cardoso	
20/5/2009	Vice-Presidente de Finanças da Caixa Econômica Federal (CEF), Sr. Márcio Percival Diretor Executivo do Banco Itaú, Sr. Sérgio Werlang Diretor de Crédito do Banco do Brasil, Sr. Walter Mallieni Jr.	

Tabela 1 – Reuniões de audiência pública realizadas (cont.)

Data	Convidados	Observações
20/5/2009 (cont.)	<p>Sr. Uilson Melo Araújo, Economista-Chefe do Banco do Brasil</p> <p>Sr. Rubens Sardenberg, Economista-Chefe da FEBRABAN</p> <p>Sr. Roberto Troster, sócio consultor da Integral Trust Serviços Financeiros</p> <p>Sr. Tomás Málaga, economista sênior do Itaú/Unibanco</p>	Audiência conjunta
26/5/2009	<p>Sr. Jorge Gerdau Johannpeter, Presidente do Conselho do Grupo Gerdau</p> <p>Presidente da Associação Brasileira da Indústria Têxtil e de Confecção (Abit), Sr. Aguinaldo Diniz</p> <p>Sr. Mario Bernardini, representante da Associação Brasileira da Indústria de Máquinas e Equipamentos (Abimaq)</p>	Audiência conjunta
27/5/2009	Sessão de Comissão Geral sobre a crise econômico-financeira	
29/5/2009	Reunião externa realizada em Manaus (AM)	
3/6/2009	<p>Presidente do Banco Central do Brasil, Sr. Henrique de Campos Meirelles</p> <p>Sr. Mário Mesquita, Diretor de Política Econômica do Banco Central</p> <p>Sr. Alexandre Tombini, Diretor de Normas e Organização Financeira do Banco Central</p>	Audiência conjunta

Tabela 1 – Reuniões de audiência pública realizadas (cont.)

Data	Convidados	Observações
3/6/2009	<p>Sr. Oduval Lobato Neto, gerente executivo do Banco da Amazônia</p> <p>Sr. José Sydrião de Alencar Jr., do Banco do Nordeste</p> <p>Srs. Ricardo Pissanti e Delano Valentim de Andrade, representando o Banco do Brasil.</p>	Audiência conjunta

O ilustre Presidente da Comissão, Deputado ALBANO FRANCO, conduziu, também, reuniões com autoridades do Poder Executivo, nas quais externamos convite para comparecimento à Câmara dos Deputados, em audiências públicas destinadas a discutir a crise econômico-financeira e a examinar os seus efeitos nos vários setores da economia nacional. Por iniciativa deste Relator, foi solicitado, posteriormente, o intercâmbio de informações de caráter técnico com áreas do Executivo, para que a Comissão pudesse tomar conhecimento das ações que já vinham sendo conduzidas pelo governo, de modo a contribuir com uma análise crítica dessas iniciativas e prestar apoio àquelas que entendesse ser mais oportunas e eficazes.

Graças à interlocução com técnicos dessas instâncias do Executivo, entre as quais destacamos o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio, o Ministério da Fazenda, o Banco Central do Brasil e o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, por meio de reuniões periódicas, foi possível enriquecer o rol de sugestões recebidas nas audiências públicas e de recomendações externadas pelos nobres membros da Comissão, de modo a consolidar a proposta de Indicação que ora oferecemos.

As reuniões de audiência pública se iniciaram em 15 de abril de 2009, com a apresentação oferecida pelo Ministro de Estado da Fazenda, Sr. GUIDO MANTEGA em audiência conjunta organizada pelas cinco Comissões Especiais destinadas à avaliação da crise econômico-financeira e pela Comissão de Finanças e Tributação. O ilustre depoente asseverou que a crise havia sido muito forte, que permanecerá por longo tempo e que afetará a

economia brasileira, mas que vinha abrandando-se. Na medida, porém, em que o problema dos chamados ativos tóxicos não fosse solucionado pelo governo norteamericano, o mercado continuaria fragilizado. Destacou, porém, que o mercado de crédito interbancário já voltava a operar.

Em relação à reunião do grupo de países denominado G20, que ocorrera naquela semana, apontou que as propostas daquela assembléia haviam devolvido alguma confiança ao mercado. “Isso me faz pensar que tenhamos chegado ao fundo do poço e que o pior já passou”, afirmou na ocasião o Ministro. Reconheceu que tal melhoria não impedirá uma forte recessão em 2009, mas que haverá um encurtamento da crise e poderemos constatar algum crescimento no fim do ano.

O Brasil, nas palavras do Ministro MANTEGA, retardou sua entrada na crise, que em 2007 já se anunciava em alguns países. Passamos a sentir os seus efeitos apenas em setembro de 2008 e talvez sejamos um dos primeiros países a superá-los, o que não impediu, em sua visão, que tenhamos sofrido um forte desgaste. Mas reafirmou que a fase mais aguda havia sido deixada para trás.

Apresentou, então, números da economia e análises a respeito das iniciativas conduzidas pelo governo, asseverando que, graças à solidez macroeconômica, o Brasil pode adotar medidas anticíclicas, flexibilizando a política monetária, desonerando seletivamente setores em dificuldades e ampliando o investimento público.

Entre as medidas de combate à crise citadas pelo ilustre palestrante, algumas têm beneficiado diretamente a indústria brasileira: incentivos à construção civil, redução de IPI para veículos e de IOF nas operações de crédito para sua aquisição, anúncio do programa de investimentos da Petrobrás para 2009-2013, ampliando-o para US\$ 174 bilhões, redução de IPI para materiais de construção e suspensão da Cofins para motocicletas. Outras medidas beneficiam indiretamente o setor, pelo estímulo ao crédito e o aumento da renda disponível, tais como a redução do depósito compulsório dos bancos, o aporte de recursos da ordem de R\$ 100 bilhões ao BNDES e a redução de alíquotas do imposto de renda.

O Ministro apontou, ainda, alguns aspectos em que a economia brasileira destaca-se das demais, tais como o sistema financeiro preservado, a pouca alavancagem do mercado imobiliário e um melhor

desempenho fiscal do que o de outros países, e destacou os primeiros sinais de recuperação: aumento da produção no setor automotivo, retomada da construção civil, valorização do mercado de capitais, crescimento do fluxo de comércio exterior e retomada da produção industrial, se considerados os indicadores dessazonalizados. Mencionou, ainda, a ocorrência de um saldo positivo de cerca de 34.800 empregos formais em março de 2009, segundo dados do CAGED.

Em relação ao crédito, reconheceu ter havido uma forte contração, que afetou com maior intensidade as pequenas e médias empresas, na medida em que os bancos nacionais passaram a ser mais demandados por empresas grandes, que até a crise captavam recursos no mercado internacional. Entre as medidas para solucionar tal situação, mencionou a realização de leilões de dívida, a determinação para que os bancos públicos operassem com taxas menores e a proposta de um fundo garantidor. “Cada uma dessas medidas melhora um pouco a situação”, pontuou.

Em seus comentários finais, o Ministro GUIDO MANTEGA expressou preocupações com setores exportadores, a exemplo da indústria siderúrgica e de têxteis e calçados. Também demonstrou apreensão com o fraco desempenho do setor de bens de capital. Sugeriu que as reduções de tributos deverão continuar, mas que o governo continua no caminho da responsabilidade fiscal. Afirmou esperar uma desaceleração no primeiro semestre de 2009, seguida de uma aceleração no semestre seguinte, com saldo de emprego positivo. Asseverou, enfim, que “o Brasil pode sair mais forte da crise”.

No dia 28 de abril de 2009 esta Comissão promoveu audiência com os economistas Sr. JOÃO SICSÚ, Diretor de Estudos Macroeconômicos do Instituto de Pesquisas Econômicas e Sociais (IPEA), Sr. JOSÉ CARLOS DE ASSIS, Presidente do Instituto Desemprego Zero e Sr. CLOVIS SCHERER, supervisor técnico do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE).

O Sr. JOÃO SICSÚ opinou que a crise não está restrita ao mercado norteamericano dos títulos denominados *subprime*, mas reflete a falta de participação do Estado nas economias. Inexistindo, na economia dos EUA, uma política pública de acesso à habitação para pessoas de renda

instável, remeteram esse objetivo ao mercado financeiro e este revelou-se inadequado para implementar mecanismos para tal fim.

A importância dessa participação é exemplificada, no Brasil, pelo comportamento dos investimentos, ou formação bruta de capital fixo (FBKF). Entre 1999 e 2003, tivemos no País uma alternância de taxas de crescimento negativas e positivas. Em 2004 e 2005, uma transição, com taxas de investimento superiores à taxa de crescimento do PIB, explicadas por uma política de ampliação dos programas sociais e expansão do crédito. E de 2006 a 2008, em virtude de mudanças na política macroeconômica, taxas de crescimento da FBKF três vezes maiores do que a variação do PIB. Até que, no quarto trimestre de 2008, sofremos uma retração de 9,8%, decorrente da crise.

Em sua visão, a crise afetou o Brasil principalmente pela quebra da confiança, levando os consumidores a poupar mais e os empresários a suspender investimentos. Afirmou porém: “ousou dizer que chegou-se ao fundo do poço e que estamos iniciando uma recuperação”. Reconheceu que a taxa de desemprego, que chegara a 9%, era preocupante. Mas asseverou que ainda era melhor do que as observadas em 2006 e 2007.

Teceu críticas à atuação do Conselho de Política Monetária, considerando-a demasiadamente conservadora, mantendo-se alta a taxa básica de juros da economia mesmo quando já havia sinais claros de crise no mercado internacional. Em relação ao crédito, observou que já vinha sendo constatada queda do crédito à pessoa física desde 2005 e que a crise não modificou essa tendência. Já o crédito à pessoa jurídica aumentou até setembro de 2008, sofrendo brusca queda a partir de então. Entre os setores afetados por esse movimento, destacou em primeiro lugar a indústria de transformação, em segundo lugar o agronegócio e em terceiro lugar a construção civil.

Ressaltou que o PIB tem como componentes a demanda doméstica, o saldo de exportações e os gastos públicos. Na medida em que os dois primeiros se reduziram, o governo, a seu ver, não pode cortar gastos diretos neste momento. Ao encerrar sua intervenção, afirmou que a política do governo está correta, mas que a seu ver falta velocidade em sua implementação.

Questionado sobre medidas que poderiam ser oportunas neste momento, apoiou a idéia de um programa de desburocratização, preservando, porém, a qualidade das auditorias de atos públicos. Sugeriu, também, um programa de ganho de produtividade para os bancos públicos, com vista à redução de seus custos e ao ganho de capacidade de oferecer crédito a juros menores, contribuindo para a redução do *spread* bancário. Em relação ao cadastro positivo, afirmou que há empresas estruturando cadastros privados, de modo que na prática a medida contribuirá pouco para a queda dos juros mas dará, por outro lado, maior transparência ao mercado, constituindo-se em “atitude republicana”.

O Sr. JOSÉ CARLOS DE ASSIS teceu algumas considerações acerca da gravidade da crise internacional, destacando a paralisia do sistema financeiro norteamericano. Explicou que três etapas teriam que ser cumpridas para resolver a crise. Em primeiro lugar, capitalizar os bancos. Em seguida, reconstituir a confiança do público nas transações do mercado financeiro. E, finalmente, precificar os ativos tóxicos ou estatizar sua posse. Caso esses três passos não logrem ser cumpridos, será criado um problema de caráter social, pois esses ativos representam garantias do mercado imobiliário e de ações.

Ao comentar que o apetite por ganhos financeiros levou as instituições financeiras a aceitar riscos elevados, gerando um volume de transações cerca de vinte a trinta vezes maior do que o PIB mundial, afirmou que no longo prazo será preciso limitar essa expansão. No momento, porém, “não há recomendação razoável a fazer”.

Quanto à evolução dos gastos públicos, ressaltou que a recomendação do FMI é de que os governos elevem seus gastos em pelo menos 2% do PIB, mas que alguns países estão fazendo um esforço maior, citando o exemplo da China. Reconheceu, porém, que os efeitos desses aumentos de despesas serão modestos.

Em relação ao Brasil, concordou com a avaliação do palestrante que o antecedeu, asseverando ser insuficiente o aumento de gastos públicos propiciado pelo governo e reconhecendo que a política monetária é muito conservadora. Sugeriu uma expansão dos gastos mediante um programa específico para combater a queda no emprego, que denominou de Programa de Emprego Garantido, a ser implantado em áreas de periferia

urbana, com o objetivo de melhorar as condições de vida naquelas áreas. Em sua estimativa, tal programa deveria perdurar por cerca de cinco anos, focando-se em obras sociais e de educação, e consumir anualmente recursos da ordem de 1,5% do PIB.

Criticou, enfim, a burocracia e o excesso de controles no setor público. Externou a preocupação de que o mero patrulhamento não elimine a corrupção e lamentou a morosidade do Estado.

O Sr. CLOVIS SCHERER, por sua vez, apresentou diversos indicadores que demonstram uma queda no nível de ocupação nas regiões metropolitanas e no Distrito Federal a partir de setembro de 2008. Embora constata uma recuperação em outras localidades, mostrou que o comportamento ainda é descendente na região metropolitana de São Paulo, responsável por mais de 50% do emprego industrial do País. Os outros dois polos industriais mais importantes são Belo Horizonte e Porto Alegre.

Na indústria tem havido perda líquida de empregos. No trimestre, apenas as regiões de Recife e Salvador apresentaram recuperação. Em termos de emprego agregado, embora as taxas totais de desemprego ainda sejam menores do que em anos anteriores, a situação está, a seu ver, deteriorando-se. Segundo as estimativas do DIEESE, houve uma redução de 692 mil postos de trabalho entre outubro de 2008 e março de 2009, dos quais 498 mil na indústria e 72 mil na construção civil. Atividades exportadoras, como extração de minério, agronegócio e artefatos de couro, ou muito afetadas pela restrição do crédito, como informática e automotiva, foram as que mais demitiram. Embora possa haver demissões adicionais, nas atividades voltadas à exportação “o efeito já está definido”. Segundo sua avaliação, cerca de metade das perdas respondem ao comportamento sazonal do mercado e o restante é efeito da crise.

Em relação à importância do emprego industrial, explicou que essa perda se reflete em outros setores, como o varejo e os serviços, que fazem demissões alguns meses mais tarde, em decorrência da perda de dinamismo da economia.

O apresentador expressou, também, preocupação com o mercado informal, sobre o qual não apresentou dados específicos, mas que, a seu ver, pode ter sofrido impacto ainda maior da crise. Encerrou sua apresentação afirmando que em 2009 o mercado de trabalho será reduzido e

que, a seu ver, um importante instrumento a ser explorado pelo governo será a exigência de contrapartidas sociais nas ações de investimento e de estímulo a atividades pontuais.

No dia 5 de maio de 2009 a Comissão Especial recebeu o Deputado Federal ARMANDO MONTEIRO NETO, Presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI), que apontou a indústria como “o setor mais fortemente atingido por esse processo de desaceleração da economia brasileira”. Os dois canais pelos quais a crise transmitiu-se à indústria foram, a seu ver, o crédito e o comércio internacional.

O crédito tornou-se escasso, em sua avaliação, não apenas pela suspensão de linhas no mercado externo, mas também por efeitos secundários, como a saída de bancos pequenos e médios do mercado, repercutindo sobretudo nas micro, pequenas e médias empresas.

Quanto ao comércio, avaliou que o Brasil, embora tenha baixo grau de abertura, dispõe de setores voltados ao mercado externo, que sofreram forte retração. Destacou as fortes quedas nas exportações do setor metalmeccânico e da indústria automotiva. Os demais setores acompanharam a tendência.

A produção industrial sofreu uma redução de 13,3% se comparados os indicadores de março de 2009 com setembro de 2008. Em alguns setores as dispensas foram importantes, citando uma redução de 7,5% no nível de emprego do setor eletroeletrônico.

Diante desse quadro, perguntou-se o ilustre depoente qual seria a orientação para enfrentar a crise. Em uma visão de curto prazo, que assegurasse o destravamento do crédito e a retomada de investimentos, apontou três áreas de atuação: crédito, exportações e investimentos.

Registrou iniciativas já adotadas, tais como a redução do depósito compulsório dos bancos, a desoneração tributária seletiva, a extensão do prazo de recolhimento de PIS e Cofins, a criação de linhas de financiamento das exportações, a operacionalização de linhas de crédito para pequenas empresas.

Apontou, porém, uma retração na taxa de investimento da ordem de 9,5% no primeiro trimestre de 2009, comportamento que já era

esperado em vista das dificuldades enfrentadas pelo setor de bens de capital, que acumulava perdas de 29% entre setembro de 2008 e fevereiro de 2009.

A pequena recuperação na concessão de crédito tem beneficiado as empresas de grande porte, que deixaram de se financiar no exterior e passaram a demandar financiamento local. Em vista dessa demanda, bancos pequenos e médios ficaram sem acesso a recursos e há um desatendimento das pequenas e médias empresas (PME). A garantia oferecida pelo governo federal a papéis de bancos, no valor de até 20 milhões de reais, foi um primeiro passo para que esses bancos menores voltassem a captar recursos.

Cogita-se a criação, segundo o Deputado, de um fundo garantidor de aplicações, ou fundo de aval, similar a iniciativa do Sebrae já em operação, para compensar riscos ao emprestar a empresas de pequeno porte. Outra sugestão oferecida foi da redução adicional do depósito compulsório, vinculando os valores a regras de incentivos ou de penalização aos bancos, premiando aqueles que expandirem o crédito e se expuserem ao risco. Em relação ao cadastro positivo, mostrou-se favorável à iniciativa.

O Deputado ARMANDO MONTEIRO apontou, ainda, a necessidade de se cogitar uma agenda de caráter mais estruturante, que possa preparar o País para o período pós-crise, aproveitando as condições favoráveis do Brasil em termos de recursos naturais, produção agrícola, vigor do mercado interno e ambiente institucional. Tal agenda remete à discussão da reforma tributária, mas é possível tomar medidas pontuais que beneficiem as exportações, tais como o tratamento de impostos cumulativos na cadeia produtiva e a solução dos créditos de tributos. Reconheceu haver avanços nos últimos anos, em especial a desoneração de IPI sobre insumos, mas os créditos de PIS e Cofins são recuperados em 12 meses e os de ICMS em 48 meses. Destacou, enfim, que o setor espera uma sinalização do Congresso Nacional no sentido de desonerar exportações e investimentos.

No dia 12 de maio de 2009, esta Comissão realizou audiência pública com o Ministro de Estado do Desenvolvimento, Indústria e Comércio, Sr. MIGUEL JORGE. O ilustre convidado reconheceu que um dos canais mais importantes de transmissão da crise foi o crédito, em especial pelo deslocamento da demanda por recursos de empresas de grande porte para o mercado nacional, o que diminuiu a disponibilidade de recursos para empresas

menores. Na sua avaliação, porém, o aumento da liquidez decorrente das medidas do governo e do Banco Central, tais como a redução do depósito compulsório, a queda da taxa básica de juros e a oferta de crédito pelo BNDES, foram eficazes. “Os bancos responderam bem à redução do compulsório e da Selic”, afirmou.

Destacou, também, que as dificuldades no financiamento das exportações vêm sendo contornadas por meio de vários mecanismos, como o sistema de pagamentos em moeda local, o convênio de créditos recíprocos no âmbito da ALADI e empréstimos a outros países. Informou que o MDIC vem retomando a sua agenda de promoção comercial, com cinco missões previstas para as próximas semanas: duas à África, duas em países latinoamericanos e uma ao Oriente Médio.

Mencionou, enfim, o importante papel da deterioração de expectativas como um motivador da retração da atividade industrial, agravada, a seu ver, pelo fato da produção encontrar-se em fase de crescimento no momento em que se iniciou a crise. No entanto, mostrou-se esperançoso diante dos sinais de recuperação das últimas semanas, tais como a retomada da produção de bens de consumo duráveis, a obtenção de saldos de comércio positivos com o exterior, o aumento no volume financeiro de consultas ao BNDES e a preservação do número de postos de trabalho e da massa salarial real. Lembrou que as vendas do Dia das Mães de 2009 apresentou crescimento real de 1,9% em relação à mesma comemoração em 2008.

Parte dessa retomada pode ser creditada, a seu ver, às medidas contracíclicas do governo, tais como a expansão do crédito oficial, em especial por linhas do BNDES e a preservação da renda agregada, graças à valorização do salário mínimo, à expansão de programas de renda mínima, em particular o Bolsa Família, e ao seguro desemprego.

Em relação à concessão de incentivos fiscais à indústria automotiva e à linha branca, observou que são produtos cuja cadeia produtiva é longa, complexa e majoritariamente doméstica, o que resultou em maior demanda interindustrial e em preservação de empregos. A prorrogação do benefício foi, a seu ver, efetiva. Medidas de alcance mais longo, como o programa Minha Casa, Minha Vida para a construção civil e o programa de eficiência energética, que pretende substituir dez milhões de geladeiras em dez anos, deverão auxiliar na recuperação.

Quanto a operações de intermediação para entrada de produtos de outros países através de parceiros do Mercosul, reconheceu haver problemas em alguns setores e apontou a importação de leite em pó ou reprocessado como um desses casos, já veiculado na imprensa. Explicou, porém, que o MDIC não divulga informações pormenorizadas sobre operações de comércio exterior de empresas em particular, em respeito a parecer da Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, que conclui por impedimento de fazê-lo, à luz do disposto no Código Tributário Nacional. Apontou, pois, a necessidade de mudança em lei para que dados desse tipo passem a ser regularmente publicados, a exemplo do que ocorre em outros países.

Outras medidas defendidas pelo Ministro incluem a suspensão de IPI, PIS e Cofins para bens de capital, a solução do problema de acúmulo de créditos tributários, agilizando sua devolução e ampliando possibilidades de sua compensação, e a ampliação do sistema de pagamentos em moeda local. Encerrou sua apresentação afirmando que “não podemos deixar que os investimentos caiam; devemos cuidar para que se realizem, e que se realizem no Brasil”.

No dia 13 de maio de 2009, foi recebido em audiência pública o Presidente do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Sr. LUCIANO COUTINHO. O ilustre convidado fez um criterioso histórico da evolução da crise internacional e uma cuidadosa avaliação dos seus efeitos sobre o Brasil a partir de setembro de 2008. Apontou, para 2009, uma expectativa de redução sincronizada do PIB mundial em cerca de 2,6%, atingindo todos os países, fato que não ocorria há mais de meio século. Os países desenvolvidos deverão amargar uma taxa da ordem de – 3,7%, enquanto os mercados emergentes poderão alcançar, conjuntamente, um crescimento de 1,1%. O Brasil, segundo indicadores internacionais, apresentará uma queda do PIB de – 1,6% em 2009, estimativa que ele afirmou não subscrever.

Um efeito da contração do sistema bancário internacional é, na sua opinião, uma redução do crédito aos países em desenvolvimento. Estima-se que a movimentação de recursos destinados a esses países, que registrou entradas líquidas de 600 bilhões de dólares em 2007 e de 300 bilhões em 2008, poderá terminar o ano de 2009 com um moderado saldo negativo de 29 bilhões de dólares.

No momento, registram-se, a seu ver, alguns fatos que sugerem uma provável recuperação do cenário econômico no País. Em primeiro lugar, a China, importante parceiro comercial do Brasil, apresenta perspectiva de crescimento de 7 a 8% em 2009, retomando o comércio internacional. Além disso, a forte queda dos preços de *commodities* do quarto trimestre de 2008 parece superada e estes apresentam-se estáveis. As bolsas de valores recuperam-se e a capacidade ociosa da indústria garante uma perspectiva de retomada da produção sem pressões inflacionárias importantes. Por outro lado, apontou pontos frágeis, tais como a situação ainda difícil de grandes instituições bancárias e dos países do Leste Europeu, que poderão retardar a volta a uma situação de normalidade na economia global.

Embora reconhecendo estarmos em recessão técnica no Brasil, observou que os sinais de recuperação têm sido mais claros desde março de 2009. Chamou a atenção para o bom desempenho da venda de veículos e para a situação saudável do sistema bancário do País, lembrando que a retração dos bancos menores resultou da falta de disponibilidade de recursos oriundos de instituições de maior porte. No BNDES vem sendo observado um aumento das consultas e dos enquadramentos.

Apontou quatro importantes fatores para a sustentação da renda: os investimentos em infraestrutura, especialmente eletricidade e telecomunicações, o programa de investimentos da Petrobrás, a retomada do mercado interno, que deverá beneficiar-se dos programas de habitação, e a recuperação da cadeia do agronegócio.

Em relação às medidas tomadas pelo BNDES especificamente para combater a crise, relacionou o aumento de crédito à agroindústria; o financiamento para bens de capital usados; as linhas de crédito destinadas à expansão da infraestrutura; a aprovação de créditos para ancorar a capacidade de investimento da Petrobrás; a ampliação dos limites do Cartão BNDES e a concessão de recursos a estados e municípios para contrabalançar as perdas decorrentes do menor repasse do FPM.

Expressou preocupação com as limitações institucionais que o BNDES enfrenta para operar efetivamente como um *Eximbank* e manifestou interesse em que se ampliasse o escopo de algum de seus fundos, para que pudesse ser melhor aplicado a micro e pequenas empresas.

Ao concluir sua apresentação, expressou, uma vez mais, otimismo com as perspectivas para o Brasil, dadas as condições favoráveis decorrentes da consistência de nossas políticas macroeconômicas e as oportunidades de investimento no País, em vista do ambiente institucional estável. Asseverou que a economia brasileira passou por um teste de estresse, mantendo suas reservas incólumes, tendo espaço para reduzir juros e conduzindo ações anticíclicas.

A Comissão recebeu, em 18 de maio de 2009, o Sr. JOILSON CARDOSO, Secretário de Política Sindical e Relações Institucionais da Central de Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB). Em suas considerações iniciais o ilustre convidado ponderou que a crise atual atinge o Brasil profundamente e que ações do governo federal, tais como a redução de IPI a certos setores e a liberação do compulsório, configuram-se como medidas conjunturais oportunas, mas que a CTB entende que se fazem necessárias mudanças estruturais.

A título de comparação, lembrou que na Era Vargas a crise serviu para estabelecer novas relações entre capital e trabalho, colocando o Brasil em novo patamar institucional e lançando os fundamentos de sua modernização.

Destacou que não há consenso entre as centrais sindicais sobre as medidas estruturais mais adequadas, mas que algumas lutas pontuais são reconhecidas por todas. Apontou, entre estas, a redução da jornada de trabalho de 44 para 40 horas, o que a seu ver promoveria uma criação de até 2 milhões de empregos. Também defendeu o aumento do salário mínimo segundo regras previsíveis e com recuperação do poder aquisitivo, como mecanismo de redistribuição de renda.

Outras medidas desejáveis seriam a recuperação do valor das aposentadorias e uma definição de critérios mais claros para as demissões, uma vez que cerca de metade do mercado de trabalho é hoje ocupado por mulheres que são, também, chefes de família e que sofrem discriminações no nível de remuneração e enfrentam problemas de demissões associadas a assédio sexual e moral.

Em relação à desoneração da folha de pagamento e de investimentos, reconheceu que não há consenso entre os sindicatos a tal

respeito, uma vez que ainda não há clareza, a seu ver, de se tais medidas iriam efetivamente gerar novos empregos.

Encerrou suas considerações afirmando não achar que a crise seja apenas do sistema financeiro, mas que alcança o sistema capitalista global. Citou as palavras ouvidas de um trabalhador maranhense, de que hoje o capitalista não é mais aquele proprietário de uma grande fábrica de antigamente, mas um especulador de mercado que nada de material possui. Tal transformação, a seu ver, não dilui o antagonismo histórico entre capital e trabalho. Reconheceu, por outro lado que, ao par de quem é meramente oportunista, há também o empresário que tem uma visão de nação e tem responsabilidade para estabelecer uma relação ativa com o trabalhador.

Apesar da criação de 106 mil novos empregos formais em abril segundo dados do CAGED, a crise, em sua avaliação, não está sendo superada e a classe trabalhadora sente profundamente seus efeitos. A data base de várias categorias aproxima-se e as negociações não abrem espaço para a recuperação de perdas. E, a seu ver, a situação dos trabalhadores informais é ainda mais angustiante.

A audiência pública de 20 de maio de 2009 reuniu os Srs, MÁRCIO PERCIVAL, Vice-Presidente de Finanças da Caixa Econômica Federal (CEF), SÉRGIO WERLANG, Diretor Executivo do Banco Itaú, WALTER MALLIENI JR., Diretor de Crédito do Banco do Brasil, UILSON MELO ARAÚJO, Economista-Chefe do Banco do Brasil, RUBENS SARDENBERG, Economista-Chefe da FEBRABAN, ROBERTO TROSTER, sócio consultor da Integral Trust Serviços Financeiros e TOMÁS MÁLAGA, economista sênior do Itaú/Unibanco.

O Sr. MÁRCIO PERCIVAL apresentou uma avaliação detalhada do comportamento do crédito ao longo do período de crise, apontando a posição da CEF na oferta composta de 66,1% de crédito direcionado e 33,9% de crédito livre, combinação distinta da média de mercado, que apresenta uma relação de apenas 29,5% de crédito direcionado e 70,5% de crédito livre. Tal distinção é, a seu ver, importante, em especial no mercado de crédito imobiliário, em que a CEF vem elevando sua participação desde o início da crise, sendo seu *market share* da ordem de 76% em março de 2009.

Ao avaliar o andamento do Programa Minha Casa Minha Vida, o apresentador apontou o recebimento, até maio de 2009, de 295 propostas de financiamento a empreendimentos, totalizando 51 mil unidades e um valor global de vendas da ordem de 3 bilhões e 500 milhões de reais, correspondendo a 5,1% da meta de pretendida de um milhão de unidades.

As operações de crédito livre da CEF também cresceram a elevadas taxas no período de crise, tanto no crédito destinado a pessoas físicas como nas operações destinadas a pessoas jurídicas. Como resultado, o *market share* da CEF, embora pequeno, da ordem de 3,5%, elevou-se no período considerados ambos os públicos. Embora tenha uma maior penetração em grupos de tomadores de maior risco, a qualidade da carteira da CEF é elevada, com 89,3% do volume em níveis “AA” a “C”, tendo melhorado no período da crise.

Tais indicadores refletem, em suma, uma estratégia da instituição para expandir o crédito, reduzir taxas de juros de produtos comerciais e estimular programas como o Minha Casa Minha Vida, voltados a segmentos de baixa renda.

O economista ROBERTO TROSTER apontou que vivemos a superposição de três crises: o esgotamento do modelo econômico brasileiro, a crise de liquidez e o choque externo.

No primeiro aspecto, apontou uma perda da dinâmica interna, sinalizada pelo mercado na forma de reduções na projeção de crescimento futuro ao longo de 2008. Entre as causas dessa perda de qualidade do crescimento destacou a dependência externa, o assistencialismo, a ausência de reformas e a estagnação da produtividade. Em consequência, atividades industriais vinham apresentando taxas inferiores ao setor primário.

A crise de liquidez vinha sendo controlada, desde 2007, com uma elevação do compulsório e resultava na redução de créditos de pequena monta ao longo de 2008. A composição do crédito à pessoa física, em particular, vinha apresentando uma participação crescente do cartão e do cheque especial, que se elevou ao patamar de 13,5% por volta de abril de 2008 e disparou após o início da crise, estando na casa dos 15% em fevereiro de 2009.

Ao examinar, enfim, o choque externo, apontou o impacto da restrição do crédito, da injeção de liquidez dos bancos centrais e do menor fluxo de comércio. Destacou a intensidade e a ordem de grandeza da crise, apontando que as projeções de crescimento para 2009 continuam a ser reduzidas pelas agências à medida que o ano se desdobra.

Embora reconhecendo a situação relativamente confortável do Brasil diante da crise, com pequena alavancagem do crédito, pouca destruição de riqueza financeira e economia relativamente fechada e de crescimento elevado, mostrou preocupação com a falta de um planejamento estruturado para enfrentar a conjuntura. Apontou a necessidade de um modelo de reformas voltado ao aumento da produtividade, à redução de custos e a uma ação nos gargalos da economia.

Neste momento, em sua avaliação, o mundo compete mais agressivamente, o que traz desafios à inserção externa do País. Por outro lado, uma vez corrigido o “apagão financeiro”, o Brasil terá espaço para conduzir uma política de recuperação. O futuro, em suma, estará em nossas mãos.

Os Sr. TOMÁS MÁLAGA apresentou uma síntese do cenário internacional, mostrando que a queda do preço dos imóveis nos EUA levou a perdas importantes no sistema financeiro, com queda global dos índices das bolsas e quebra de algumas importantes instituições. O efeito foi a abrupta elevação do custo de crédito em setembro de 2008, impactando gastos em investimento e em consumo. No primeiro trimestre de 2009, a queda de investimentos nos EUA foi 45% abaixo do valor do mesmo período de 2008. E o consumo, embora venha se recuperando, ficou nos últimos dois trimestres de 2008, cerca de 4% abaixo dos mesmos trimestres de 2007.

O cenário básico é o de uma recuperação lenta, em grande parte decorrente do estímulo monetário e fiscal em curso em muitos países. Se tal recuperação não for duradoura, espera-se uma contração global da ordem de 3,2% em 2009 e um leve crescimento de 0,4% em 2010. Um cenário otimista, com recuperação do vigor da economia, levaria a um crescimento próximo de zero em 2009 e de cerca de 4,2% em 2010.

No Brasil, o Sr. SÉRGIO WERLANG apontou que os sinais de uma recuperação ainda lenta são mais claros, com melhoria da confiança, retomada da produção e ajuste dos estoques. Na melhor das

hipóteses, porém, lograremos apenas voltar ao patamar de 2008. Outros aspectos importantes são de que a crise não pressionou a inflação, que deverá manter-se abaixo da meta em 2009 e 2010, e que a massa salarial vem-se preservando. O mercado, porém, enxerga riscos mais à frente e projeta taxas de juros a termo no patamar de 13% ao ano a partir de 2011.

A projeção para 2009 seria de uma retração do PIB de 1,6%, voltando a crescer em 2010 em cerca de 3,4%. A política fiscal enfrentará dificuldades e espera-se uma queda no superávit primário, que seria de 2,5% do PIB em 2009 e de 2,1% em 2010, comparado a 4,1% em 2008. Por outro lado, a queda dos juros preservaria a relação dívida-PIB na casa dos 40%. A Selic deverá encerrar 2009 entre 8 e 8,25%.

Em relação ao crédito, a inadimplência iria permanecer nos níveis atuais, da ordem de 9% para pessoa física e 3% para pessoa jurídica, pelos próximos dois anos e o estoque de crédito manteria sua tendência de crescimento. O efeito do cadastro positivo, se aprovado, seria de expandir a relação crédito/PIB em 6 pontos percentuais, reduzindo a inadimplência. Tais ajustes redundariam em uma queda de cerca de 1 ponto percentual no *spread* médio, hoje de 28,6%.

Quanto a medidas adicionais, recomendou garantir ao Banco Central um ambiente regulatório propício a dar continuidade no processo de redução do *spread*, a aprovação do cadastro positivo, o fim do IOF para o crédito e a redução adicional do compulsório sobre depósitos à vista e a prazo.

O Sr. RUBENS SARDENBERG, Economista-Chefe da Febraban, discorreu sobre a relação entre as taxas de *spread* praticadas no Brasil e o custo administrativo das instituições financeiras. Apontou que as tarifas bancárias praticadas no País encontram-se em níveis similares ao de instituições de outros mercados, mas apontou as dificuldades de se comparar o *spread* de diferentes praças, em virtude de diferenças institucionais. Destacou que organismos internacionais, a exemplo do FMI, mantêm registros dos valores praticados em vários países, mas que estes apresentam diferenças de coleta e de avaliação, apontando que os dados daquela instituição para o Brasil, por exemplo, estariam incorretos.

Em relação ao cadastro positivo, acredita que seja um fator de redução do *spread*, mas destacou que sua eficácia dependerá da

forma como vier a ser implantado, podendo eventualmente resultar em custos adicionais para as instituições financeiras. Considerou, por outro lado, que irá consolidar-se como um ativo da própria pessoa.

O Sr. WALTER MALLIENI JR., Diretor de Crédito do Banco do Brasil, e o Sr. UILSON MELO ARAÚJO, Economista-Chefe do Banco do Brasil, fizeram uma criteriosa apresentação do cenário brasileiro antes da crise e dos efeitos decorrentes do que chamaram de *tsunami* financeiro, destacando que o desafio das políticas econômicas continua sendo o de restabelecer a confiança entre instituições financeiras e agentes econômicos.

Reafirmaram a opinião de outros apresentadores de que o Brasil deverá sair da crise em situação relativamente melhor do que a ocupada antes desta. Apontaram, em sua avaliação do cenário futuro, a retomada do crescimento econômico a partir de 2010, o ambiente benigno de inflação, na casa dos 4,5% ao ano, a permanência da Selic em 9 a 10% e um aumento moderado do crédito.

Em relação ao crédito no Banco do Brasil, lembraram que há um crescimento de carteira já em 2009 e que as operações com pessoa física deram um salto de 25,2% no primeiro trimestre enquanto as de pessoa jurídica tiveram um pequeno acréscimo de 3%. O crescimento da carteira de crédito compensou a queda no *spread*, mantendo as margens. As perspectivas são de ampliação das linhas de crédito para aquisição de bens duráveis e material de construção, a flexibilização de condições para clientes com bom histórico e novas linhas para agroindústria e operações de estocagem de álcool.

No dia 26 de maio de 2009 foram ouvidos o Sr. JORGE GERDAU JOHANNPETER, Presidente do Conselho do Grupo Gerdau, o Sr. AGUINALDO DINIZ FILHO, Presidente da Associação Brasileira da Indústria Têxtil e de Confecção (Abit) e o Sr. MARIO BERNARDINI, representante da Associação Brasileira da Indústria de Máquinas e Equipamentos (Abimaq).

O Sr. JORGE GERDAU destacou, como desafio central da crise, a retomada da competitividade da indústria brasileira. Interpretou as origens da crise como um problema de descontrole dos sistemas financeiros de outros países, com uma regulação precaucional insuficiente, repassando às próprias instituições a responsabilidade de proteger-se do risco. Isto é incompatível, na visão do ilustre empresário, com uma visão responsável do

comércio de dinheiro como uma concessão pública, devendo ser controlado e regulamentado.

A crise contaminou o Brasil, em sua avaliação, pela retração nas exportações e pela suspensão de financiamentos no exterior. Todos os segmentos foram afetados, com forte redução da atividade industrial e do PIB. As medidas adotadas pelo governo foram, a seu ver, adequadas. Apontou, no entanto, a necessidade de se examinar a situação do País, na medida em que todas as deficiências competitivas do Brasil vêm à tona: poupança baixa, investimento baixo, crescimento estrutural baixo.

Como temas prioritários, debruçou-se na reforma tributária, no custo do capital, na ineficiência da nossa logística, na demora para obtenção de licenças ambientais e na rigidez da legislação trabalhista. Ao comentar um de seus projetos industriais, observou que o custo do capital é seis vezes mais elevado no Brasil do que em outros países da América Latina, citando especificamente o caso do Chile.

Defendeu que o governo deve ampliar investimentos e, ao encerrar sua apresentação, destacou que o diferencial do Brasil é seu mercado interno e este deve ser preservado, não por medidas protecionistas, mas por uma atitude pragmática, negociando os fluxos de comércio setor a setor e caso a caso.

O Sr. AGUINALDO DINIZ descreveu inicialmente o porte do setor têxtil, formado por cerca de trinta mil empresas, com 1,7 milhão de empregos diretos e mais de oito milhões de empregos indiretos. Hoje a cadeia produtiva têxtil é autosuficiente em algodão e produz 9,5 milhões de peças anualmente. Com investimentos de cerca de 4 bilhões de reais em Suape, deverá aumentar a produção de fibra sintética.

O maior problema do setor, a seu ver, é a perda de competitividade no mercado externo, devido ao câmbio. O déficit da balança setorial foi de cerca de 2 bilhões de dólares em 2008 e persiste após o início da crise. No primeiro trimestre de 2009 as vendas no varejo caíram 6,6%, a produção nacional de vestuário caiu 13% e as importações do setor aumentaram 41%. Essa importação é danosa porque prejudica toda a cadeia produtiva. Por tal razão, o setor têxtil está desempregando, tendo dispensado cerca de dez mil trabalhadores no primeiro quadrimestre de 2009.

As propostas da ABIT são, portanto, de aumento da oferta de crédito, de desoneração das atividades fabris e de retomada das compras governamentais como política de isonomia competitiva entre a indústria nacional e os produtos importados. Sugeriu, em particular, o uso de critérios de origem para a compra de fardamento das forças armadas e de uniformes escolares.

O Sr. MARIO BERNARDINI, enfim, iniciou sua explanação discutindo a correlação entre a formação bruta de capital fixo (FBKF) e a taxa de crescimento da economia. Explicou que o Brasil teria de praticar taxas de crescimento da ordem de 35% na taxa de investimento, para aproximar-se das taxas de crescimento dos demais BRIC. Observou que a taxa média mundial de FBKF encontrava-se na faixa de 23% ao ano antes da crise, mais elevada do que a brasileira, que se situava em cerca de 16%.

Tal requisito, porém, teria de ser complementado, a seu ver, com taxas de câmbio competitivas, juros baixos, tributos eficientes e investimentos adequados em educação.

Considerou ser a situação brasileira uma decorrência de um processo de desindustrialização precoce, ocorrida antes de que houvesse um crescimento da demanda interna que fosse suficiente para viabilizar o setor de serviços. Lembrou que nos últimos trinta anos a participação da indústria no PIB caiu de 45% para 29%. Nesse período, o PIB aumentou 160%, a população cresceu 80% e a indústria de transformação cresceu 17%.

O debatedor apontou medidas horizontais destinadas a modernizar o parque industrial brasileiro: apropriação do crédito fiscal integralmente no mesmo mês da aquisição de bem de capital destinado ao ativo permanente, concessão total ou parcial do crédito para as empresas enquadradas no regime de tributação Simples Nacional, alongamento temporário do prazo de recolhimento de impostos, redução a zero de IPI e PIS/Cofins para bens de capital ainda não desonerados e ampliação das possibilidades de compensação para os créditos fiscais, depreciação acelerada de bens de capital e melhoria de condições de financiamentos do BNDES. Sugeriu, ainda, a criação de fundo com recursos federais para a liquidação de créditos de ICMS.

Os membros desta Comissão participaram, ainda, de Sessão de Comissão Geral sobre a crise econômico-financeira, realizada no

Plenário da Casa no dia 27 de maio de 2009, oportunidade em que o Presidente da Comissão, Deputado ALBANO FRANCO e este Relator apresentaram um registro das atividades realizadas até então e uma breve avaliação da conjuntura.

Realizamos, também, reunião externa em Manaus (AM) e mantivemos, na oportunidade, debate com autoridades locais e com empresários do Polo Industrial de Manaus.

Na oportunidade, o Governador EDUARDO BRAGA externou sua preocupação em preservar a mata amazônica, mediante a valorização de seus recursos naturais e a combinação de uma política de desenvolvimento que combine a manutenção do Pólo Industrial de Manaus – PIM, o desenvolvimento local de tecnologia e a promoção de energia limpa. A seu ver, as ações da área de meio ambiente do governo têm sido incompatíveis com essa visão.

Reconheceu, porém, que vem sendo construído um marco regulatório que dará estabilidade ao modelo, graças à prorrogação da Zona Franca até 2033 e a aperfeiçoamentos nos incentivos fiscais, beneficiando o produto e não o investidor. A Zona Franca de Manaus é, em sua avaliação, a melhor e mais bem sucedida experiência de desenvolvimento regional sustentável, sendo capaz de atrair capital externo, e merece ser perenizada como resposta à crise. Pediu, nesse sentido, que se prorrogasse a ZFM sem limite de prazo e que se descontingenciassem os seus recursos de captação própria, que alcançam cerca de R\$ 400 milhões.

O Sr. DENIS MINEV, Secretário de Planejamento e Desenvolvimento Econômico do Estado do Amazonas, destacou que, desde o início da crise, houve perda de 14 mil empregos no Polo Industrial e outros 13 mil no restante do estado. O faturamento da ZFM recuperou-se nos dois últimos meses, mas o polo de duas rodas, por exemplo, ainda está 30% abaixo de 2008. O volume das importações retornou aos níveis de 2007 e a arrecadação local de IRPJ encontra-se 40% abaixo de 2008. Receita previdenciária e comércio encontram-se pouco acima de 2008.

Sugeriu tornar compulsória a participação dos trabalhadores nos lucros das empresas da região e redesenhar a economia amazônica baseado em investimentos em C&T. Em relação a iniciativas de

caráter nacional, destacou a importância de se aprovar a reforma tributária e promover a regularização fundiária.

O Sr. ADEMAR IANCK, Superintendente Adjunto da Suframa, reconheceu que as demissões estão em desaceleração, sendo provável a retomada do emprego. Embora as exportações estejam estagnadas, apontou projetos novos com potencial exportador. Ressaltou, nesse sentido, que a Zona Franca não é só Manaus, ressaltando que o Distrito Industrial de Manaus – DIM necessita de expansão física, passando dos atuais 1700 ha para 5.700 ha. Projetos destinados a outros estados, a zonas de livre processamento e ao Distrito Agroindustrial (sobretudo agricultura familiar e piscicultura) são iniciativas de interiorização do desenvolvimento.

Entre outras sugestões recebidas dos demais interlocutores, merecem destaque a necessidade de melhor supervisão das importações de partes semimanufaturadas, em especial placas já montadas, em desacordo com o perfil industrial de algumas empresas, presumivelmente por imprecisões nas especificações do processo produtivo básico (PPB); o aperfeiçoamento na gestão de políticas, de infra-estrutura e logística da ZFM; o combate à pirataria e à importação fraudulenta; a liberação de fundos setoriais contingenciados e o investimento em educação e em qualificação da mão de obra.

No dia 3 de junho de 2009, recebemos, em audiência conjunta com as demais Comissões Especiais, o Presidente do Banco Central do Brasil, Sr. HENRIQUE MEIRELLES, e Diretores daquela instituição, os Srs. MARIO MESQUITA e ALEXANDRE TOMBINI.

O Presidente do Banco Central apresentou um relato da evolução da crise econômico-financeira, sob o enfoque monetário, comparando-a com crises anteriores. Reconheceu que uma recuperação vem-se consolidando nas últimas semanas, ressaltando que esta será lenta e sujeita a percalços. O momento agudo da crise, porém, estaria superado.

Ao registrar a evolução da crise, traçou suas origens ao longo período de juros baixos na economia norteamericana, assegurada por ganhos de produtividade e pela redução de preços dos produtos oriundos da China e dos demais mercados asiáticos. Apontou o estouro da bolha em 2000/2001 como um primeiro sinal e lembrou o crescimento do mercado imobiliário daquele país até 2006, com um regime tolerante ao endividamento

dos mutuários. A partir de janeiro de 2006, a gradual queda desse mercado acumularia, até o momento, redução de 78% na construção civil dos EUA.

Em relação à gravidade da crise, lembrou que as perdas acumularam cerca de 4,1 trilhões de dólares em nível mundial, situação sem precedentes. As estimativas para 2009 são de uma redução de 1,3% no PIB mundial e uma contração de 11% no comércio mundial.

O Brasil foi atingido pela crise em setembro de 2008, em decorrência da contração do crédito externo devida ao colapso do mercado financeiro a partir da falência do banco Lehman Brothers, em momento de expansão da nossa economia. No trimestre anterior, a demanda doméstica apresentava alta de 9,3% em comparação ao terceiro trimestre de 2007, o PIB acumulava alta de 6,8% no mesmo período e o investimento mostrava crescimento de 19,7%. Em sua avaliação o País entrou na crise, portanto, com um parque industrial modernizado e preparado para a recuperação.

Em termos de política monetária, a inflação encontrava-se dentro da faixa desde 2004 e as reservas internacionais acumulavam 205,1 bilhões de dólares. Ademais, o Banco Central, observando a alta demanda por *swaps* cambiais, havia contratado papéis para proteger-se de uma alta da moeda norteamericana, o que lhe permitiria, durante a crise, neutralizar a demanda por dólar leiloando esses papéis, incorrendo incidentalmente em ganhos da ordem de 10 bilhões de dólares. As reservas atuais do Brasil encontram-se em 205,4 bilhões de dólares, ligeiramente superiores ao nível observado antes do início da crise. A dívida pública líquida é hoje de 38,4% do PIB, nível similar ao do início da crise, merecendo destaque o fato desta ter-se reduzido durante a crise, pois o Brasil é hoje credor líquido internacional. Comparado a outros países, dispomos de uma relação entre dívida e PIB inferior à dos principais países industrializados e nosso déficit fiscal nominal, da ordem de 2% do PIB, é também mais favorável do que o de outros países. Por tal razão, embora sofrendo com a crise, o Brasil deverá sair dela relativamente melhor do que antes.

O mercado financeiro doméstico foi atingido pela crise porque, em setembro de 2008, uma parcela da ordem de 19% do crédito doméstico era de origem internacional ou sustentava-se em *funding* externo. A baixa taxa de rolagem contribuiu, também, para sua retração. O Brasil, porém, sofreu menos do que outros países, dado que a regulação nacional é

abrangente. Outro motivo para a retração da economia real foi, na opinião do Presidente HENRIQUE MEIRELLES, a coordenação de decisões de empresas multinacionais, que tomaram decisões de corte de produção e de redução de estoques globais, o que se refletiu, por exemplo, na forte retração da produção de automóveis no Brasil, que caiu de 300 mil veículos por mês em outubro de 2008 para 97 mil em dezembro, decisão que não refletia o comportamento das vendas no País.

Em sua avaliação, a economia doméstica está em recuperação. O crédito está voltando a expandir-se e deverá superar, ao final de 2009, os níveis do ano anterior. As vendas da indústria sobem, o varejo retomou o ritmo de crescimento e as taxas de juros encontram-se em nível moderado.

O Sr. MARIO MESQUITA discorreu, a seguir, acerca da percepção internacional sobre a situação do Brasil. Os investidores no exterior avaliam que o país será um dos primeiros a superar os efeitos da crise e que a entrada de recursos reflete essa expectativa. O retorno das emissões de renda fixa e de ações deverá acelerar essa retomada.

Lembrou, também, que os indicadores de fundamentos da economia brasileira deverão situar-se em patamares melhores do que o de economias com *rating* superior à nossa, o que deverá viabilizar no futuro uma reclassificação favorável do País.

Destacou, enfim, a importância do regime de câmbio flutuante para regular a reação à crise e preservar o equilíbrio da conta corrente, embora exigindo a manutenção de níveis elevados de reservas internacionais.

O Sr. ALEXANDRE TOMBINI pronunciou-se brevemente a respeito do papel da regulação bancária na crise. Lembrou que, após o período de hiperinflação, em que o Banco Central priorizava a resolução de problemas tópicos, houve uma mudança de enfoque, centrando os objetivos da regulação em preservar a capacidade de absorver choques de risco, em especial com exigências de capital suficiente para cobrir perdas não previstas.

O resultado da abordagem do Banco Central foi uma elevada robustez do sistema financeiro, com 21 modalidades de atividade financeira sendo submetidas à regulação e supervisão, o que dificulta a

arbitragem regulatória e a assunção de riscos extraordinários observados em outras jurisdições. O requerimento de capital e a alavancagem das instituições brasileiras são mais conservadores e os limites prudenciais são impostos a todo o conglomerado financeiro. As exigências de registro de contratos bilaterais asseguram a fiscalização sem que a autoridade monetária dependa de informação voluntária das instituições. A autonomia assegurada pela lei bancária permite que a regulação evolua com agilidade.

As metas do Banco Central são, no momento, de convergir para critérios internacionais de regulação prudencial e de registro contábil das instituições reguladas, porém com limites “tropicalizados”, ou seja, mais rigorosos do que os praticados internacionalmente, de modo a adequar os padrões às exigências do mercado brasileiro.

No mesmo dia, esta Comissão participou como convidada em audiência pública com os Srs. ODUVAL LOBATO NETO, gerente executivo do Banco da Amazônia, JOSÉ SYDRIÃO DE ALENCAR JR., do Banco do Nordeste, e RICARDO PISSANTI e DELANO VALENTIM DE ANDRADE, representando o Banco do Brasil.

O Sr. JOSÉ ALENCAR detalhou a evolução do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE), destacando o aumento nos valores contratados em 2008, que deverá sofrer pequena queda neste ano. Destacou a importância do Pronaf, voltado ao apoio à agricultura familiar, e destacou o esforço do BNB em promover o microcrédito, destacando que o programa Crediamigo consolida-se como o maior da América Latina, com valor contratado da ordem de 1 bilhão e 350 milhões de reais em 2009. Sua metodologia será replicada no Pronaf.

Apontou, entre os benefícios desses programas, uma geração de quatro milhões de empregos nos últimos vinte anos e seu efeito anticíclico e de redução na disparidade de renda. Na agricultura, o BNB financia hoje 80% do investimento no semiárido e regiões de influência. É dada preferência a empresas formais capazes de gerar empregos e que atuem no setor rural.

O Sr. DELANO VALENTIM fez uma rápida revisão dos indicadores do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO), administrado pelo Banco do Brasil, que terá, em 2009, recursos de cerca de 12 bilhões de reais, com 530 mil operações contratadas, 70% das quais na

agroindústria. Embora seja Goiás o estado com maior volume contratado, as taxas de crescimento de 2007 a 2008 foram mais elevadas em Mato Grosso do Sul e no Distrito Federal.

Em relação às ações do banco para incrementar as aplicações, destacou os esforços de divulgação, particularmente a micro e pequenas empresas, o repasse de recursos a outras instituições, em especial o BRB e a criação de um programa de formação empresarial para micro e pequenas empresas.

O Sr. RICARDO PISSANTI comentou brevemente os indicadores, destacando que o FCO é um importante instrumento para enfrentar o endividamento e a crise na agricultura. Considerando uma carteira do Banco do Brasil para o setor de 64 bilhões de reais, foi possível regularizar cerca de 15,1 bilhões, de um volume de 17,6 bilhões classificado como inadimplente com possibilidades de recuperação.

O Sr. ODUVAL LOBATO apresentou alguns indicadores referentes ao Fundo Constitucional de Financiamento do Norte, destacando as prioridades atribuídas ao desenvolvimento econômico sustentável e à preservação e recuperação da biodiversidade. Destacou a evolução nas contratações, que alcançaram 2 bilhões de reais em 2008. Apontou, ainda, incremento de 40% nos valores contratados para agricultura familiar e estimou, entre os resultados desses programas, a geração de 283 mil empregos em 2008.

Entre as estratégias do Banco da Amazônia diante da crise, destacou a criação de novas modalidades de financiamento, voltadas à exportação e às micro e pequenas empresas, a expansão do crédito para agricultura familiar e a realização de fóruns para divulgação das linhas de crédito e formação de parceiros.

2 Diagnóstico da repercussão da crise na indústria

2.1 Origens e extensão da crise financeira global

Graças às apresentações e aos debates com autoridades e interlocutores da indústria, do sistema financeiro, dos trabalhadores e do meio acadêmico, pudemos elaborar um diagnóstico bastante detalhado dos

efeitos da crise na indústria, acerca do qual apresentamos a seguir um breve sumário.

A crise internacional que vem abalando as economias de todo o mundo nasceu no centro do capitalismo global. O conservadorismo que emanava do conjunto de recomendações conhecido como Consenso de Washington e que conduzia os países em desenvolvimento à estagnação esgotou-se mais rapidamente do que se poderia supor. Sua falência revelou a imprevidência desregulatória do sistema financeiro norte-americano, a volúpia consumista do modelo econômico dos chamados desenvolvidos e o desserviço que a prerrogativa, autoimposta pelos Estados Unidos da América, de ser o emissor de moeda de maior curso mundial vem prestando à economia global.

A crise do sistema imobiliário precipitou-se com a intervenção do Governo norte-americano na Fannie Mae, nome de fantasia da Federal National Mortgage Association (FNMA), em 7 de setembro de 2008, embora já viesse se consumando desde o final de 2007. O pedido de concordata do Lehman Brothers ocorreu pouco depois, em 15 de setembro de 2008, marcando definitivamente o início da etapa mundial da crise financeira.

Esta vinha se desenvolvendo desde 2007. Os preços dos imóveis vinham caindo e a inadimplência aumentando no mercado imobiliário estadunidense. Como mostrou o Presidente do Banco Central, Sr. HENRIQUE MEIRELLES, a construção civil começara a perder impulso no segundo trimestre de 2006, quando chegara a operar com uma taxa de construção de 2 milhões e 300 mil residências-ano. Três anos depois, no início de 2009, oferece 500 mil residências-ano, uma queda de 78%. Quando a ruptura se fez sentir, arrastando consigo todo o sistema encadeado de operações com derivativos, o mercado creditício mundial entrou em colapso e o comércio internacional praticamente parou.

Discute-se hoje qual o significado exato dessa crise, a mais grave dos últimos sessenta anos, na qual as perdas em mercados financeiros poderão ter chegado a 4,1 trilhões de dólares em nível mundial, conforme estimativa do Banco Central.

Parece claro que não se trata apenas de um lapso no sistema de análise de riscos norteamericano. Também não é lícito falar em fim do capitalismo, afirmativa que ignora os ensinamentos do seu maior crítico, que vislumbrou a necessidade de evolução e progresso profundos de seus

mecanismos contraditórios como condição *sine qua non* para o surgimento de um modo de produção que lhe seja qualitativamente superior. Nem uma coisa, nem outra.

O liberalismo na concessão de crédito, a desregulação no mercado de derivativos, o déficit comercial gigantesco dos Estados Unidos, financiados com saldos comerciais acumulados pelos exportadores àquele país, tudo isso revela a predominância da lógica financeira no processo de acumulação em escala mundial e sua associação umbilical com os esquemas de poder internacional, potência hegemônica à frente.

A imprecaução dos titulares do capital financeiro mundial compõe a lógica inexorável da procura incessante por lucro que de há muito deixou de ser comandada a partir dos gabinetes dos capitalistas fabris e deslocou-se para os escritórios de corretoras e para as mesas de operação dos mercados financeiros sem fronteiras. Ao revelar, através de suas fissuras, as suas entranhas, o atual estágio do capitalismo convida os que ocupam, no que se refere ao poder, não mais que suas bordas, a fazer-lhe a crítica fecunda que leva à transformação.

A crise chega ao Brasil e o encontra na contramão da vaga destruidora. Graças às iniciativas dos últimos anos, que asseguraram estabilidade política e fiscal, melhoria da relação entre dívida pública e PIB, redução do risco do País e uma sólida política de inclusão social, temos a oportunidade histórica de sairmos da crise em situação relativamente melhor do que antes do seu início. A crise internacional encontra aqui um espaço diferente. País equilibrado, inflação controlada, robustas reservas cambiais, crescimento consistente. Com taxas de juros muito elevadas, embora cadentes, é verdade, a nos lembrar permanentemente que estamos mergulhados em um mundo que nos coloca obstáculos e ameaças permanentemente e que nos cobra o preço dos erros do passado.

Trata-se de uma oportunidade, também, de permitir que se construam espaços reais de participação popular, de gestão social, de transparência, de universalização de acesso a políticas públicas inclusivas, de iniciativas capazes de integrar as pessoas em fronteiras novas do saber, do poder, do bem-estar.

2.2 Comportamento do Brasil na crise e efeitos sobre a indústria nacional

O referido quadro macroeconômico positivo, entretanto, não evitou que os três vetores propagadores da crise internacional atingissem o Brasil: o crédito, o comércio exterior e as expectativas. Concordamos com a avaliação do Deputado ARMANDO MONTEIRO de que a restrição de crédito e o impacto da redução do comércio internacional foram dois elementos centrais da rápida contaminação da indústria pela crise. A estes, agregaríamos a deterioração geral das expectativas a partir de outubro de 2008, mencionada pelo Ministro MIGUEL JORGE, disparando um comportamento cauteloso da indústria em relação às decisões de investimento, em especial por parte das montadoras de veículos, que executaram no País determinações de suas matrizes no sentido de reduzir drasticamente a produção, promover a liquidação de estoques e conceder férias coletivas aos empregados.

O crédito internacional, responsável por cerca de 20% de todo o crédito do País, simplesmente desaparece da noite para o dia e faz também com que nossos bancos privados se retraiam fortemente. A diminuição da demanda externa é imediata e severa — estima-se a redução do fluxo mundial de comércio 2008 para 2009 em 11%. A repercussão da propagação da crise no País faz disseminar-se o medo entre os agentes econômicos.

A retração da indústria brasileira, em decorrência de tais processos, foi rápida e dura. Nos meses de novembro e dezembro de 2008, a queda acumulada da produção industrial foi de 17%, segundo dados do IBGE. O emprego seguiu a mesma trajetória de contração, concentrando-se a queda na indústria. O investimento privado acompanhou a tendência. Tal reação foi disparada, em parte, por decisões de empresas multinacionais instaladas no País, de suspender a produção local em alinhamento com as decisões corporativas em escala global, sem dar atenção às peculiaridades do mercado brasileiro.

Nos meses seguintes, em virtude das medidas de incentivo ao crédito e ao consumo postas em prática pelo governo, o quadro evoluiu para uma reação da demanda com ajuste da produção, ainda que a níveis inferiores aos praticados antes do início da crise. Nesse contexto, a nota mais preocupante é dada pelo setor de bens de capital, cuja retração se deu a taxa muito superior ao da indústria como um todo.

O comportamento do varejo foi menos drástico. Nos meses de outubro a dezembro de 2008 sofreu uma queda de cerca de 0.5% ao mês, considerando o indicador dessazonalizado de receita bruta, para retomar, a partir de janeiro de 2009, uma taxa de crescimento positiva.

Tal diferença entre o comportamento da produção e do varejo pode ser explicada em parte, pela venda de estoques já adquiridos à indústria. Também deve ser considerado que a retração da produção alcançou os bens intermediários e os bens de capital, cuja demanda caiu nos dois últimos trimestres. E, finalmente, é preciso considerar a importante redução das exportações de manufaturados no período, que foi de 32,5% de setembro de 2008 a março de 2009, segundo informou o Deputado ARMANDO MONTEIRO em seu depoimento. Como destacou o ilustre Deputado JOÃO MAIA, o impacto das exportações no emprego industrial é proporcionalmente maior de que a sua participação nas vendas do setor, em vista do elevado valor agregado de vários dos itens de sua pauta e da complexidade de sua cadeia produtiva.

2.3 Desafios estruturais na retomada da produção industrial

Embora o Brasil tenha sido afetado pela crise algum tempo após sua exacerbação nas economias desenvolvidas, alguns problemas estruturais que persistem em nosso País dificultam a superação dos impactos decorrentes da retração na economia. São problemas bem conhecidos e que usualmente são agregados sob a denominação de “custo Brasil”.

Um primeiro foco de dificuldades decorre da estrutura e da regulação do sistema bancário brasileiro, que resulta na prática de altas taxas de juros, em decorrência do elevado *spread* bancário, problema apontado pelo Deputado ARMANDO MONTEIRO. Parte desse processo decorre das condições pouco favoráveis na concessão de crédito: informação insuficiente sobre a história do solicitante, taxas elevadas de inadimplência em certos setores, garantias insuficientes em outros, e ciclo de cobrança excessivamente longo, em virtude da morosidade da Justiça.

Por outro lado, a concentração do setor e a elevada dívida pública, que foram determinantes para a proteção do sistema contra os efeitos da crise, dificultam a retomada de liquidez no mercado financeiro e a prática de níveis de *spread* menores. Mesmo reconhecendo as precauções

apontadas pelo economista RUBENS SARDENBERG na comparação entre países, é de se destacar que no Brasil praticam-se taxas muito mais altas do que as observadas em outros mercados com níveis de risco similares. E a autoridade monetária, em que pese sua vasta experiência regulatória e o cuidadoso monitoramento do setor, não se sentiu até agora estimulada a criar um sistema de metas para o *spread* e a oferecer incentivos à sua redução.

O Deputado ALFREDO KAEFER destacou, em várias oportunidades, a dificuldade de acesso ao crédito, que é maior para empresas pequenas e médias, que não têm como competir com os grandes tomadores de empréstimo no mercado e dependem, por isso, da oferta de crédito por bancos pequenos, em condições menos favoráveis. Setores intensivos em tecnologia e *know-how* são particularmente afetados, também, por dificuldades para oferecer garantias, o que explica, em parte, a pouca projeção do País em mercados intensivos em conhecimento, como é o caso da indústria de software e de serviços de informática.

Em termos de crédito doméstico, o País aproxima-se da situação existente antes da crise, com exceção dos bancos pequenos e médios que, com a criação dos dois fundos garantidores recentemente estabelecidos pelo Governo, deverão, espera-se, retomar seu nível de atividade no financiamento da pequena e da média empresa. Registre-se que parte deste crédito doméstico hoje repõe crédito externo, o que leva à conclusão que o volume total de crédito disponível atualmente ainda é inferior ao anteriormente ofertado antes da crise em nível que se aproxima dos 20%

Ainda sobre crédito, desagregando-se os dados da oferta, verifica-se que os bancos reagiram de forma diferenciada. Segundo o Banco Central, de setembro de 2008 a abril de 2009 os bancos estrangeiros cresceram suas operações de crédito no Brasil em 3,2%, os públicos em 19,5% (substituindo lacunas deixadas pelo sistema como um todo), os bancos privados de grande porte em 11% e, por fim, os bancos pequenos e médios, responsáveis por cerca de 50% do crédito do sistema e que se concentram no atendimento a pequenas e médias empresas, reduziram suas aplicações em 5%.

Essa foi uma das mais preocupantes consequências da crise no crédito, pois penalizou exatamente o segmento da indústria, do comércio e da agricultura de maior capacidade de geração de emprego.

Como resposta a este problema, o Banco Central expandiu o volume do Fundo Garantidor de Créditos para oferecer garantias aos aplicadores nos bancos pequenos e médios. Mais recentemente, inclusive em consonância com demanda desta Comissão, o Poder Executivo foi autorizado a criar fundos garantidores para operações de crédito aos pequenos e médios tomadores, mediante a Medida Provisória nº 464, de 10 de junho de 2009. O governo declarou, na oportunidade, que pretende operacionalizar dois fundos, no âmbito do Banco do Brasil e do BNDES, este último em substituição ao Fundo de Garantia para Promoção da Competitividade – FGPC.

Um ponto repisado por representantes da indústria tem sido o do elevado *spread* cobrado pelos bancos. A redução da sobretaxa é de fato desejável e um dos instrumentos que vem sendo experimentados pelo governo para alcançar tal objetivo é obrigar os bancos estatais a competir com o setor privado. Em iniciativa que foi manchete de primeira página do jornal O Globo de 26 de maio de 2009, o Banco do Brasil passou a oferecer financiamento em condições mais competitivas, no que foi acompanhado por alguns bancos privados. No entanto, o economista JOÃO SICSÚ sugeriu que reduções mais agressivas dependeriam de ganhos de produtividade dos bancos estatais, o que exigirá investimentos na formação técnica de seus profissionais, em seus sistemas de informações e na modernização de suas operações.

Um segundo desafio é relativo à complexa estrutura dos tributos brasileiros, com elevada carga sobre insumos, sobre bens de capital e sobre a folha de pagamento, situação que o empresário JORGE GERDAU classificou de verdadeira tragédia para quem deseja investir. Ademais, a diversidade de impostos e taxas encarece a administração contábil das empresas. Os curtos prazos de recolhimento, em geral inferiores ao ciclo de recebimento de valores das vendas, dificultam a administração do caixa.

Há, também, problemas decorrentes dos créditos tributários a que as firmas têm direito. O prazo de aproveitamento é muito longo, sendo usualmente de doze meses para créditos de tributos federais e de até quarenta e oito meses para créditos de tributos estaduais. As empresas exportadoras são afetadas, também, pela dificuldade de reaver em dinheiro créditos não compensados. O recolhimento na origem é um fator adicional a dificultar esse recebimento, no caso de impostos estaduais.

Nesse sentido, o Presidente desta Comissão, Deputado ALBANO FRANCO, e alguns de seus membros, entre os quais mencionarei, em rol não exaustivo, os Deputados ARMANDO MONTEIRO, RENATO MOLLING e JOÃO MAIA, apontaram a necessidade de dar-se continuidade à apreciação em Plenário da reforma tributária, sugestão que adotamos.

2.4 Retração do comércio internacional e seu efeito na indústria

As empresas exportadoras ressentem-se, ainda, da falta de uma estrutura adequada de financiamento das exportações, assemelhada a um *Eximbank*, e da perda de produtividade nominal decorrente do câmbio desfavorável nos últimos anos. Como destacou o Presidente do Banco Central, HENRIQUE MEIRELLES, diante das perdas de cerca de 4,1 trilhões de dólares em nível mundial, espera-se em 2009 uma redução de 1,3% no PIB mundial e uma contração de 11% no comércio mundial. Nesse ambiente de maior competição, os exportadores brasileiros enfrentam, além dos problemas tributários e de financiamento, uma estrutura de governo muito burocrática, dificultando as operações de desembaraço aduaneiro.

Editorial do jornal Valor Econômico de 1º de junho de 2009 comentou esses pontos, lembrando que uma sugestão apontada pelo professor LUCIANO COUTINHO, de dotar o BNDES de delegação e de fundos para conceder créditos e operar seguros destinados a operações de comércio exterior demandará iniciativa legislativa específica para tal fim. O mesmo texto discute as implicações do câmbio e da estrutura tributária para as empresas exportadoras, apontando que a retomada da competitividade das exportações brasileiras seria meta mais urgente do que a estruturação de instrumentos de apoio creditício e de seguros.

Diante dos parceiros internacionais, o Brasil tem preservado uma retórica de responsabilidade na preservação de um ambiente de justa troca comercial, combatendo práticas neoprotecionistas e apontando oportunidades para a negociação multilateral. No âmbito interno, tais esforços merecem ser complementados com maior rigor no combate à pirataria, ao contrabando e à internação de produtos beneficiados por estratégias anticompetitivas dos países de origem. Também é desejável que o País mantenha as estratégias de internação de tecnologia e de preservação de empregos associados a atividades de menor valor agregado alocadoras de

mão de obra, tais como montagem de kits e acabamento, para dificultar a exportação de empregos.

Não há como ser competitivo diante do mercado cinza e de práticas ilegais. O fortalecimento das instituições voltadas à investigação, ao acompanhamento e à repressão de tais práticas, bem como à negociação de contrapartidas ou sanções apropriadas nos casos em que venham a ocorrer, não se configuram como investimento, mas representam gastos públicos que beneficiam, em última instância, o exportador brasileiro.

O binômio de juros altos e câmbio valorizado vinha sendo contornado nos últimos meses. No entanto, com a retomada do fluxo de capitais para aplicação e investimentos, tal situação começa a modificar-se, com a entrada de moeda estrangeira e a valorização do real, prejudicando as exportações em um momento em que o mercado internacional já está retraído. E os problemas tributários já apontados, em especial a acumulação de créditos de IPI, PIS/Cofins e ICMS, afetam de modo importante a lucratividade dos exportadores.

Um mecanismo para se prestar apoio aos exportadores na atual conjuntura é o exame de pleitos de compensação de créditos tributários que se encontrem *sub judice*, estudando modalidades de acordo ou de compensações que permitam seu equacionamento. A liberação desses montantes representaria uma forma de capitalização, especialmente para empresas muito especializadas, que encontrariam dificuldades para voltar-se ao mercado interno. Se realizada dentro de critérios e procedimentos adequados, resultaria na redução do risco fiscal a que está sujeito o governo, dentro de limites adequados de desembolso.

2.5 O papel do setor público

Vários depoentes ressaltaram a importância dos investimentos públicos em infraestrutura. Nesse aspecto, o esforço de retomada das obras públicas ao final do primeiro mandato do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva e o lançamento do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) foram iniciativas auspiciosas. O crescimento registrado é expressivo e vem se mantendo. Entretanto, devido à base reduzida dos investimentos do governo central historicamente registradas, o patamar ainda é

pequeno como percentual do PIB (cerca de 1,2%). Entretanto o mesmo já não se pode dizer dos investimentos das estatais, em especial da Petrobrás, que teve seu programa de investimentos ampliado para R\$ 174 bilhões, sendo hoje o principal sustentáculo da demanda por bens de capital no País. As dificuldades burocráticas decorrentes dos processos de contratação pelo setor público e de licenciamento ambiental têm imposto, porém, dificuldades a um maior ímpeto na retomada de investimentos do setor público.

O nobre Deputado RENATO MOLLING apontou, em sugestão adotada neste relatório, a morosidade na transferência de recursos do governo federal aos estados e municípios, em especial no âmbito de convênios entre as partes. Segundo ele, demora supera, em alguns casos, os três anos, alcançando inclusive áreas prioritárias, como a infraestrutura de serviços públicos e a aquisição de equipamento hospitalar.

As preocupações com os gastos correntes, externadas por alguns dos ilustres palestrantes ouvidos por esta Comissão, merecem destaque. Há que se reconhecer que, em virtude do aumento de arrecadação dos últimos anos, o setor público, nas três esferas de governo, havia obtido espaço para uma elevação dos gastos, mesmo preservando a disciplina fiscal e alcançando metas de superávit primário vigorosas. E também é correta a percepção de que a receita tributária reduziu-se nos últimos dois trimestres, seja pela queda da produção e da renda, seja pela necessidade de conceder incentivos fiscais e benefícios como estratégia para retomar a atividade econômica.

Dados de que a Comissão dispõe, entretanto, apontam para o fato de que o peso do estado brasileiro não é superior ao das nações em semelhante grau de desenvolvimento ou mesmo superior. Por outro lado, há de se distinguir gastos correntes supérfluos, sempre indesejáveis, de gastos correntes necessários à melhoria dos serviços públicos essenciais, sempre tão reclamados pela sociedade, bem como ao suporte a melhoria da eficiência dos investimentos públicos. Por fim, há de se lembrar que gastos públicos em programas de proteção social têm composto rol de ações de sustentação e ampliação da demanda interna, tão essencial em momentos de crise da demanda externa como o atual.

A redução temporária da meta de superávit primário e o aumento dos gastos públicos anticíclicos são iniciativas desejáveis para

preservar a renda nacional, tendo em vista que a crise traz forte influência da deterioração de expectativas e da retração do crédito, resultando em queda do consumo e do investimento privados. Nesse contexto, a elevação dos gastos públicos anticíclicos é uma estratégia oportuna para preservar a demanda agregada. Como destacou o economista JOÃO SICSÚ, o governo não pode, neste momento, dar-se ao luxo de conter gastos de modo enérgico, sob pena de acentuar os efeitos nefastos da crise.

Nesse sentido, são dignas de aplauso as iniciativas de expandir o programa Bolsa Família, de assegurar os desembolsos do seguro desemprego e de valorizar o salário mínimo, mas estas devem ser complementadas com gastos diretos. E, em vista da retração de investimentos, seria oportuno que o setor público privilegiasse a dotação de infraestrutura e a modernização administrativa. Tais iniciativas devem alcançar os vários setores e regiões do País, em particular do Norte, Nordeste e Centro-Oeste, aspecto ao qual esta Comissão, atendendo a recomendação dos Deputados LUIZ CARREIRA e LUPÉRCIO RAMOS, deu especial atenção, promovendo visita ao Polo Industrial de Manaus para avaliar os efeitos da crise naquele estado, oportunidade em que contamos com o vigoroso apoio dos parlamentares da região.

A criação de programas de garantia de emprego, a exemplo do Programa de Emprego Garantido, sugerido pelo economista JOSÉ CARLOS DE ASSIS, a ser implantado em áreas de periferia urbana, configura-se como alternativa no caso de uma persistência prolongada da crise ou como parte de uma estratégia de adoção, pelo o governo, de política de pleno emprego. Quanto a primeira hipótese, não nos parece que seja este o caso, em vista das indicações de melhoria na situação da economia brasileira, que comentaremos adiante. Diante da ocorrência de algum recrudescimento da crise, no entanto, a sugestão deverá ser levada em consideração, por assegurar uma injeção de renda e uma promoção de obras sociais e de educação, a exemplo de experiências bem sucedidas de outros países, como a Índia.

Quanto a segunda hipótese, de adoção futura, no País, de política de pleno emprego, tal programa tomaria contornos permanentes. Tanto em um caso quanto em outro seriam necessários estudos aprofundados para a preparação de um arcabouço institucional que compatibilizasse a proposta com a legislação trabalhista e do setor público vigente bem como a

criação de mecanismos operacionais complexos para viabilizar a execução adequada. Esta proposta sugere a necessidade de estabelecer-se, nesta Casa, discussão sobre o tema “Política de Pleno Emprego”, pelo que remetemos à Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público a sugestão de acatar a proposta de realização do referido debate, da forma que considere mais adequada.

De qualquer modo, o governo tem preservado, nesse contexto de procura permanente do equilíbrio fiscal,, a relação entre dívida pública e PIB em níveis responsáveis, reafirmando, nas palavras do Ministro GUIDO MANTEGA, seu compromisso com a saúde fiscal do setor público.

Nossa avaliação, em suma, é a de que as dificuldades para expandir investimentos decorrem, basicamente, de questões institucionais que demandariam maior atenção do Poder Legislativo. Houve crescimento dos investimentos públicos desde 2004, como demonstram os dados apresentados pelo professor LUCIANO COUTINHO. No entanto, precisamente no momento em que o País enfrenta a crise, a capacidade de expandi-los a taxa crescentes encontra dificuldades em realizar-se. Lembre-se que existem recursos disponíveis para investimentos, inclusive R\$ 14 bilhões referentes ao Fundo Soberano do Brasil que, em momentos de retração podem retornar ao orçamento de investimentos da União.

A interpretação apontada por vários dos depoentes tem sido a de que o marco legal existente impõe medidas burocratizantes, que impedem uma aceleração dos gastos em obras de infraestrutura e da aquisição de bens de capital. Os principais focos de ineficiência apontados foram a morosidade na obtenção de licenças ambientais e o acúmulo de exigências formais nas compras governamentais, imposto pela Lei nº 8.666, de 1993, que institui as normas para licitações e contratos da Administração Pública. Tais constatações não podem ensejar a conclusões irresponsáveis na direção do negligenciamento no cuidado com a preservação ambiental nem com o controle da lisura do gasto público. O desafio evidente é o de perseguir-se maior eficiência na preservação ambiental e no controle da qualidade dos gastos públicos através de novos paradigmas de atuação governamental que, ao mesmo tempo, sejam capazes de acelerar os gastos públicos, dando-lhe mais eficiência e eficácia. Esta conclusão aponta para a recomendação de realização de estudos e adoção de providência legislativas na forma que estamos mais adiante propondo.

2.6 Primeiros sinais de superação da fase aguda da crise

Passados nove meses do início da crise internacional, trilhões foram colocados pelos países centrais em empresas e mercados para combatê-la. Alguns dos maiores bancos do mundo foram à bancarrota. Grandes corporações globais ruíram. O governo norte-americano, quem diria, tornou-se sócio de empresas falimentares, como último recurso para salvá-las. Rui com as empresas o receituário neoliberal de não intervenção estatal nos mercados.

O comércio mundial começa a dar algum sinal de recuperação. Os preços das *commodities* iniciam reação, o mercado internacional volta a mover-se lentamente. O protecionismo, porém, exacerba-se no quadro internacional. Este aspecto, que vinha revelando o caráter contraditório do receituário liberal no passado, agora ganha coerência em um quadro de crescente intervencionismo estatal nos países centrais.

Dados econômicos das últimas semanas apontam para uma importante expansão do crédito e para uma retomada da atividade econômica no Brasil. Outros países, como a Índia, a China, a África do Sul e algumas economias da Ásia, já começam a acelerar sua produção. Nesse clima, a prioridade deve voltar-se a medidas estruturantes, que viabilizem no médio prazo ganhos de competitividade da indústria brasileira. O ambiente internacional tende a ser mais agressivo, o que demandará um esforço da nossa sociedade para assegurar melhor desempenho de nossa economia exportadora, diversificando-a e modernizando-a, dado o acirramento da concorrência internacional, e oferecer alternativas para que o setor exportador possa ajustar-se, aproveitando oportunidades decorrentes da recuperação do mercado doméstico.

É prematuro, portanto, apostar-se em que o pior já tenha passado em termos globais. Por tudo isso, espera-se para este ano severa retração, tanto nos países centrais e quanto nas nações em desenvolvimento, com as exceções já assinaladas.

As exportações brasileiras no primeiro quadrimestre de 2009 foram de 35 bilhões, e no primeiro quadrimestre de 2008, de 44 bilhões. Queda de 20%. As importações caíram de 40 bilhões para 31 bilhões, uma

queda de 23%. O saldo, mesmo modesto, melhorou. No primeiro quadrimestre de 2009, foi de 4,3 bilhões; no primeiro quadrimestre de 2008, foi de 3,9 bilhões. Aumentou 10,8%, o que sinaliza uma saudável capacidade do País e manter saldos positivos em sua balança comercial, mesmo em situação de retração da demanda internacional.

A crise, em suma, é mundial e originou-se no exterior. Encontra o Brasil bem preparado, mas seu caráter severo recomenda ação e atenção. As ações do Governo têm sido prontas, mas é importante que aproveitemos o momento para avançarmos na consolidação de um modelo de desenvolvimento descentralizado, economicamente democrático, apoiado no desenvolvimento da educação — com ciência, cultura e história —, capaz de oferecer serviços públicos universalizados e com agricultura, indústria e serviços modernos e disseminados por todo o País.

É necessário aproveitarmos as ações já realizadas de combate à crise e avançarmos baseados em consensos: redução dos juros e taxas; desoneração das exportações e dos bens de capital; aproveitamento de créditos tributários; desoneração de folha salarial e da cesta básica; aumento do acesso ao crédito, principalmente para a pequena e média empresa; modernização da agricultura familiar; reforma tributária. Cabe ao Brasil enfrentar os desafios que a crise mundial nos impõe, transformando-os em oportunidades para alcançar novos avanços sociais e econômicos.

3 Recomendações

3.1 Recebimento e seleção de sugestões

Diante do diagnóstico apresentado, colhemos sugestões dos depoentes e de membros da Comissão Especial, bem como de técnicos das assessorias das entidades representativas dos segmentos relacionados com a indústria e dos órgãos públicos cujos titulares foram convidados a colaborar com nosso esforço.

Além disso, este Relator, como o apoio da Consultoria Legislativa da Casa, pesquisou medidas adicionais que poderiam ser incorporadas a este rol de recomendações.

Desejamos destacar, nesse sentido, a dedicação dos profissionais do Ministério da Fazenda, do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio, do Banco Central do Brasil e do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada em examinar as sugestões emanadas desta Comissão, debatendo suas implicações e oferecendo recomendações quanto a possíveis formas de implementá-las. As reuniões técnicas que realizamos com esse competente grupo foram enriquecedoras.

A orientação do Presidente desta Comissão, nobre Deputado ALBANO FRANCO, tem sido de nos concentrarmos em medidas que tenham a possibilidade de ser rapidamente implementadas e oferecer resultados efetivos. Algumas destas têm caráter eminentemente operacional, devendo a Comissão emanar Indicação ao Poder Executivo para que promova sua implementação. Outras poderão demandar ação legislativa, cabendo-nos, pois, apontar matérias em exame na Casa que as proponham ou criar texto apropriado, recomendando sua tramitação com a desejável prioridade.

Ademais, é preciso destacar que outras Comissões Especiais foram criadas na Casa para examinar os efeitos da crise nos demais setores e que algumas das sugestões recebidas recaem no escopo daquelas.

Por tais razões, em contínuo diálogo com os membros da Comissão Especial, selecionamos dentre as propostas oferecidas aquelas que efetivamente deverão ser abraçadas pela Comissão Especial e, para estas, construímos proposições adequadas ao seu encaminhamento.

Na avaliação das sugestões consideramos diversos aspectos. Em primeiro lugar, conforme lembrou oportunamente o Deputado ARMANDO MONTEIRO, nos preocupamos em adotar aquelas propostas que tenham efetivamente a possibilidade de contornar ou resolver alguns dos problemas que, neste momento, afligem a indústria: escassez de crédito, retração das exportações, redução de investimentos. Ademais, consideramos aquelas que possam, efetivamente, aumentar a competitividade da indústria e estimular a renda. E, em vista da multiplicidade de abordagens oferecidas nas audiências públicas e nos debates, também preferimos remeter às demais comissões especiais destinadas ao exame e avaliação da crise a adoção de propostas que lhes sejam específicas.

3.2 Organização das sugestões recebidas

A partir das diversas fontes que contribuíram para os trabalhos desta Comissão, chegamos ao diagnóstico exposto na seção anterior deste relatório. Desejamos, agora, explicitar de maneira esquemática como iremos orientar nossas recomendações.

O momento torna possível associar medidas que visem atacar problemas conjunturais com ações estruturantes, que mirem o longo prazo, visando criar um ambiente econômico mais competitivo, mais democratizante, menos burocrático. Estamos, pois, distinguindo ações estruturantes, mesmo que, em certos casos, possam materializar-se em medidas de curto prazo, e conjunturais ou tópicas propriamente ditas.

A crise internacional é severa e ainda se encontra em fase de evolução, sendo impossível prever-se seu fim. Os dados positivos apresentados pela economia brasileira, que sinalizam retomada, ainda não se generalizaram para todos os setores da produção, principalmente bens de capital, indicador chave da retomada dos investimentos, nem são robustos o suficiente para garantir que, internamente, os efeitos da crise estão superados.

Nosso foco está, portanto, voltado a contribuir com a consolidação do processo de retomada do crescimento, pois consideramos prematuro tomá-lo como irreversível. Dando-se prioridade ao mercado interno, mas sem abandonar o compromisso de tornar mais competitivo o setor exportador, até porque as perspectivas de superação da crise mundial não são animadoras.

As medidas propostas visam complementar as iniciativas governamentais até agora tomadas. Registre-se as mais recentes, de ampliação de prazos para as desonerações já concedidas, de ampliação da lista de bens de capital desonerados e de concessão de condições excepcionais de financiamento à produção de bens de capital, todas contemplando recomendações presentes em nosso relatório preliminar.

Podemos sintetizá-las como visando aprofundar os estímulos ao comércio exterior e ao investimento nacional, através de

medidas tributárias, creditícias e de desburocratização e modernização institucional, sejam conjunturais, sejam estruturantes, como veremos.

Da análise feita depreende-se que a resposta dada pelo lado da demanda às medidas de desoneração de bens de consumo (veículos e linha branca) e de produção (construção civil) tem sido positiva. Nesse sentido, atenção especial será dada ao estímulo à exportação e à produção de bens de capital, atividades mais atingidas pelos impactos retracionistas. As recomendações têm natureza tributária, fiscal, creditícia e normativa.

Consideramos, ainda, que mais importante do que a posição da produção em relação a mesmo período do ano anterior, é o sentido da série que, mês a mês, vai-se delineando ao longo deste ano. Esse sentido, se sucessivamente crescente, vai consolidando um estado de recuperação cujos efeitos se fazem sentir na geração de emprego e na disseminação de expectativas positivas.

Isto é verdade para os dados do varejo, da indústria de transformação em geral, da construção civil e da massa salarial, para citar os dados mais relevantes. Não se verifica, entretanto, para as exportações de manufaturados e para a indústria de bens de capital, cujas séries mensais permanecem deprimidas.

Não há, evidentemente, como alterar o quadro da economia internacional, que terá seu curso independente de nossa vontade e longe das medidas que possamos tomar internamente. As ações que poderão ser empreendidas, quanto ao estímulo às exportações, situam-se no crédito, garantindo-se volumes e custos adequados, bem como a especialização necessária; nas ações desburocratizantes e modernizadoras dos procedimentos e mecanismos intensificadores das exportações; nas medidas tributárias, que signifiquem desoneração das exportações, e nas medidas estruturantes, de efeito não imediato, que remetam ao aperfeiçoamento da política industrial, conferindo à indústria mais competitividade pela via de processos de desenvolvimento tecnológico.

Quanto à produção de bens de capital, além de afetada pela retração do mercado externo, esta sofre, ainda, os efeitos da brutal redução ocorrida nos diversos setores industriais no final do ano passado e no início do ano em curso.

A decisão de retração “preventiva” constatada na indústria automobilística, que refletiu muito mais uma visão global do que um reconhecimento da dinâmica de nosso mercado interno contribuiu fortemente para o agravamento do referido quadro. A posição do varejo, pela própria dinâmica do mercado interno e ainda estimulada pelas desonerações já citadas, resultou na comercialização dos estoques pelo lado do mercado de consumo final. Mas, pelo lado da demanda por máquinas, equipamentos e insumos intermediários, travaram-se as encomendas.

Tendo-se ampliado a capacidade ociosa da indústria, a recuperação assinalada passa a dar-se pela utilização da mesma e não devido a novas expansões. Os dados do BNDES e de bancos de desenvolvimento regionais como o BNB e o BASA, ao informarem as carteiras e consultas em expansão, indicam que as empresas continuam a colocar-se em posição expansiva, apenas tendo sido adiada a decisão de investimento em prazo mais curto. A melhoria de indicadores de expectativa confirma essa tendência.

A preocupação deste Relator é a de que o tempo que se terá passado até que os efeitos da retomada do mercado de consumo final levem ao restabelecimento da demanda por bens intermediários seja demasiadamente longo, podendo acarretar desequilíbrios fatais a um número grande de empresas.

Não dispomos, na Comissão Especial, de instrumental analítico suficiente para estimar esse tempo e esses efeitos, mas, qualitativamente, a ameaça existe.

Poderá haver, enfim, indesejáveis processos de concentração industrial e de desnacionalização, e, principalmente, ser afetada a capacidade endógena de o País internalizar os efeitos dos investimentos necessários à manutenção de taxa de crescimento adequada e sustentável no longo prazo.

Garantir a capacidade nacional de produzir aquilo que constitui a formação bruta de capital é essencial à sustentabilidade do processo de desenvolvimento nacional, livre dos gargalos existentes quando se é dependente de importações para a realização desses gastos produtivos. Daí a importância estratégica de se atuar na retomada do setor de produção de bens de capital. Fique claro que não se trata aqui de apoio a mais um setor, mas do interesse do conjunto da economia. A modernização da agricultura familiar, por

exemplo, depende da capacidade de produção nacional de insumos intermediários de forma estável e a custos competitivos.

Combater aquela ameaça se faz através de estímulos tributários breves, que permitam criar um processo de antecipação de investimentos privados. Deseja-se fazer convergir, em curto tempo, estas antecipações com a onda de retomada da demanda por bens intermediários que o crescimento da produção de bens finais irá, mais cedo ou mais tarde, ocasionar.

Também se faz com o estímulo à ampliação dos investimentos públicos e demais gastos associados a conferir eficiência a este mesmo processo e fortalecedores da demanda. Apesar da tendência de retomada na indústria de transformação em geral, na construção civil e na indústria extrativa, há que se cuidar da melhoria das condições econômicas capazes de manter o crescimento nos setores voltados ao mercado interno. A manutenção, por mais noventa dias, das desonerações vigentes, anunciada em 29 de junho, deve ser sucedida de regras claras, que formulem uma transição gradual até a plena aplicação dos impostos e encargos.

Por fim, verificamos a existência de numerosas situações específicas a setores e subsetores, ou ainda a regiões, que recomendariam intervenções pontuais, porém bastante efetivas, no mais das vezes por meio de disposições infralegais. Apesar de propor algumas ações desse tipo, entendemos que abordar problemas setoriais com esse nível de detalhe não corresponde ao que se espera desta Comissão. Uma de nossas propostas, portanto, será a de que se realize uma varredura, setor por setor, identificando oportunidades de aperfeiçoamento institucional, com vista à desburocratização e à formatação de ações de política industrial voltadas a modernizar, incorporar novas tecnologias e fomentar o desenvolvimento da ciência e tecnologia, entre outras ações. Os vetores do crédito e da política tributária aparecem nas propostas como fatores horizontais que permeiam os tópicos, organizados pela estrutura do mercado.

Em síntese, a Comissão identificou os objetivos nacionais estratégicos e objetivos específicos a seguir expostos.

Tabela 2 – Objetivos estratégicos e específicos

Objetivos estratégicos	1.1	Fortalecer o mercado interno, principalmente pelo lado da produção industrial, tornando-a mais competitiva interna e internacionalmente.
	1.2	Ampliar a capacidade e agilidade do Estado brasileiro para realizar gastos que impactem no aumento da taxa de investimento governamental, tanto na esfera dos investimentos públicos em infraestrutura quanto na do custeio voltado a melhorar a capacidade gerencial do governo e a reforçar a demanda interna
Objetivos específicos para o comércio exterior	2.1	Desonerar tributariamente as exportações e permitir o aproveitamento dos créditos tributários acumulados pelas empresas
	2.2	Desburocratizar os processos aduaneiros
	2.3	Criar instrumentos legais que agilizem o comércio exterior
	2.4	Acelerar a implantação de ZPEs
	2.5	Intensificar a especialização dos bancos de desenvolvimento, em especial do BNDES, no financiamento às exportações
	2.6	Resolver conflitos tributários existentes, eliminando o risco fiscal do governo e proporcionando reforço financeiro a setores exportadores
	2.7	Ampliar a estrutura nacional de atuação <i>antidumping</i>
	2.8	Reforçar a atuação em prol da justa competição no comércio internacional, buscando compensações por atos de protecionismo e práticas de <i>dumping</i> de terceiros e estabelecendo barreiras tributárias à entrada no País de produtos sub-precificados
	2.9	Intensificar o combate ao contrabando e à pirataria
	2.10	Revogar atos e mecanismos de política industrial que favoreçam produtos importados, conferindo-lhes condições mais favoráveis do que as aplicadas à indústria nacional

Tabela 2 – Objetivos estratégicos e específicos (cont.)

Objetivos específicos para o mercado interno	3.1	Desonerar a aquisição de bens de capital
	3.2	Estimular a produção local de manufaturados em geral, realizando uma análise (varredura), setor a setor, para identificar aspectos setoriais e regionais dos processos produtivos, comerciais e normativos que demandem ação governamental e do setor privado visando este objetivo
	3.3	Desburocratizar o cenário institucional que cerca os investimentos públicos
	3.4	Criar mecanismos diretos que induzam a concorrência interbancária, criando pressão adicional à queda do <i>spread</i> bancário
	3.5	Manter o processo de redução da taxa básica de juros da economia, removendo gargalos à realização plena deste objetivo, visando alcançar uma taxa real compatível com a redução relativa do “risco Brasil” face ao aumento do risco da economia global
	3.6	Acompanhar a operacionalização dos fundos garantidores, visando suprir com celeridade a lacuna ainda existente na oferta de crédito às PME
	3.7	Aprovar a reforma tributária

3.3 Sugestões adotadas pela Comissão

Em vista do exposto, selecionamos as sugestões dos nobres Membros desta douta Comissão Especial que atendem aos critérios apontados pela Presidência. Dentre estas, algumas já encontraram encaminhamento, até mesmo pelos esforços dos parlamentares da Comissão em adiantar-se e prestar de imediato efetivo apoio à superação da crise.

Indústria – Bens de Capital - Desoneração Tributária

Sugestão nº 1: Autorização temporária para aproveitamento integral do crédito referente à Contribuição para o PIS/Pasep e à Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – Cofins, no próprio mês da aquisição de bens de capital.

Trata-se de sugestão apresentada por vários membros desta douta Comissão, preocupados em desonerar bens de capital. Uma alternativa para alcançar tal objetivo é assegurar o aproveitamento integral do

crédito referente à Contribuição para o PIS/Pasep e à Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – Cofins, no próprio mês da aquisição de bens de capital. Para que a medida tenha eficácia no momento da crise, sua validade deve ficar restrita a um prazo relativamente curto e alcançar bens de capital em sentido lato, alcançando todas as mercadorias classificadas nos capítulos 84 e 85 da TIPI.

Tal formulação resultou de debates com técnicos do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio, na forma de Projeto de Lei de autoria desta Comissão, que oferecemos à Casa (Anexo1, art. 2º).

Indústria – Bens de Capital – Desoneração Tributária

Sugestão nº 2: Redução a zero do IPI de bens de capital.

Trata-se de outra sugestão apresentada por vários membros desta Comissão, no sentido de promover, junto ao Poder Executivo, a redução adicional de alíquotas de IPI para bens de capital.

Esta Comissão constatou, nas audiências públicas, que há incidência de IPI em diversos bens destinados à incorporação ao capital fixo, o que resulta em custos adicionais para a instalação de empresas.

Técnicos do Poder Executivo argumentam que há dificuldades para reduzir certas alíquotas, entre as quais foram mencionadas a existência de diferenças que preservam o equilíbrio entre regiões do País, sendo este o caso, por exemplo, da política de informática para o Polo Industrial de Manaus e para os demais centros produtores, e a existência de aplicações diferentes, comerciais e domiciliares, para certos bens, a exemplo de equipamentos de áudio, vídeo e entretenimento.

Sendo assim, e não obstante a ampliação recente da lista dos produtos alcançados por esta medida, remetemos a sugestão ao Poder Executivo, na forma de Indicação, para que se examine caso a caso a lista de bens de capital e se promovam reduções adicionais (Anexo 3.1 – IV).

Indústria – Bens de Capital – Depreciação Acelerada

Sugestão nº 3: Admitir depreciação integral de bens de capital destinados à incorporação ao ativo fixo, no prazo de doze meses subseqüentes à aquisição.

A depreciação acelerada, para efeito de cálculo do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido, é uma medida transitória de estímulo ao investimento que vem sendo apontada pelas entidades do setor como de grande eficácia.

Incorporamos o dispositivo a Projeto de Lei de autoria desta Comissão (Anexo I, art. 3º)

Indústria – Competitividade

Sugestão nº 4: Preservar políticas regionais de geração de empregos industriais, reforçando obrigações de internação de tecnologia e de estímulo à produção local de manufaturados.

A sugestão resulta da constatação de que indústrias instaladas no País tendem, neste momento, a migrar suas plantas para atividades de menor valor agregado, como forma de exportar empregos alocados no Brasil. Uma das estratégias observadas é a importação de partes já montadas (SKD – *semi knocked down*) para execução apenas de atividades de acabamento e embalagem, perdendo-se empregos de produção e montagem de kits a partir de elementos desagregados ou importados em lotes (CKD – *completely knocked down*).

Incorporamos a sugestão a Indicação oferecida ao Poder Executivo (Anexo 3.1 – V).

Indústria – Competitividade

Sugestão nº 5: Examinar distorções setoriais na concessão de benefícios à importação de insumos e de bens de capital

Iniciativas de concessão de benefícios à importação de insumos e de bens de capital são requeridas, em muitos casos, com a legítima preocupação de assegurar a competitividade da cadeia produtiva. Tais benefícios devem ser periodicamente avaliados, à luz das condições de oferta interna e de condições gerais do comércio internacional.

Dada a extensão e complexidade da avaliação, que deve resultar em varredura de todos os setores industriais, remetemos a sugestão à Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio, para que esta a aprecie na forma que considere mais adequada (Anexo 6).

Comércio Exterior - Modernização

Sugestão nº 6: Dar maior eficiência ao despacho aduaneiro de amostras e material de demonstração e promoção comercial.

A crise tornou o mercado internacional mais agressivo, demandando simplificação de procedimentos para a entrada temporária de mercadorias destinadas a demonstração, promoção comercial e participação em feiras e eventos.

O Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio e o Ministério da Fazenda apontaram, nesse sentido, a oportunidade de se aprovar a adesão brasileira à Convenção de Istambul, submetida ao exame desta Casa mediante a Mensagem nº 155, de 2009. Sugerimos, pois, sua aprovação, na forma da Recomendação que oferecemos (Anexo 4 – IV).

Comércio Exterior - Modernização

Sugestão nº 7: Apreciar o Projeto de Lei nº 227, de 2007, que dispõe sobre licença para explorar serviços de movimentação e armazenagem de mercadorias em Centro Logístico e Industrial Aduaneiro.

A modernização das disposições referentes à organização dos recintos aduaneiros cria condições para ampliar recintos cuja área útil esteja esgotada e seja insuficiente para atender ao movimento e depósito de cargas a que se destina. É este o caso de vários portos brasileiros. Também deverá tornar mais atraente a licitação de recintos em locais de pequeno volume, tais como os postos de fronteira. Em ambos os casos, resultará em maior eficiência das operações de recebimento e expedição de cargas, beneficiando o comércio exterior do Brasil. Sugerimos, pois, sua aprovação, na forma da Recomendação que oferecemos (Anexo 4 – III).

Comércio Exterior - Crédito

Sugestão nº 8: Criação de carteira de crédito de comércio exterior no âmbito do BNDES

A sugestão tem por finalidade acudir a agroindústria, o setor de produção de manufaturas e outros setores que têm enfrentado sérias limitações de crédito no exterior. Trata-se de dotar o BNDES de instrumentos similares aos de um *Eximbank*, para que possa operar diretamente no financiamento de operações de exportação.

Remetemos a sugestão ao Poder Executivo, na forma de Indicação, para promover o estudo de medidas que a viabilizem (Anexo 3.1 – VIII).

Comércio Exterior - Modernização

Sugestão nº 9: Dar maior transparência às informações sobre importação e exportação de mercadorias.

A preocupação com a dificuldade de se obter dados sobre operações de comércio exterior, externada por vários membros da Comissão, foi corroborada pelo governo, que reconheceu a adoção de medidas de sigilo em relação a tais transações.

Objetivando explicitar a importância de se divulgar tais operações, promovendo assim uma efetiva competição no mercado, oferecemos projeto de lei complementar que dirime tal dúvida, a par de incorporarmos à recomendação a Indicação ao Poder Executivo (Anexo 3.1 - III e Anexo II).

Comércio Exterior – Créditos Tributários

Sugestão nº 10: Criação de mecanismos para o aproveitamento de créditos tributários acumulados.

As empresas exportadoras não encontram oportunidade para o aproveitamento de créditos tributários, seja no que concerne a tributos federais, seja no que concerne ao ICMS, em especial no caso de aquisição de insumos oriundos de outros estados.

A cooperação entre o governo federal e os estados poderá resultar em sistema de compensação para garantir a utilização e prevenir a acumulação futura de tais créditos, respeitado o equilíbrio fiscal dos entes federados.

Remetemos a sugestão ao Poder Executivo, na forma de Indicação, para promover o estudo de medidas que a viabilizem (Anexo 3.1 – X).

Crédito - Oferta

Sugestão nº 11: Estender a redução do depósito compulsório dos bancos, promovendo a liberação dos recursos correspondentes a depósitos a prazo naquelas instituições.

A restrição do crédito foi apontada como uma das razões para a forte retração da indústria brasileira a partir da crise. Um dos mecanismos para ajustar gradualmente o mercado financeiro, retomando o financiamento às empresas do setor é o aumento da liquidez, que poderá beneficiar-se da liberação adicional do depósito compulsório. Trata-se, pois, de iniciativa que reputamos meritória e que incorporamos a Indicação encaminhada ao Poder Executivo (Anexo 3.1 – I).

Crédito - Modernização

Sugestão nº 12: Prestar apoio aos Projetos de Lei nº 836, de 2003, do Deputado BERNARDO ARISTON, e nº 405, de 2007 (PLS nº 263/04), oriundo do Senado Federal, que dispõem sobre a formação do cadastro positivo nos sistemas de proteção ao crédito.

A sugestão é por certo meritória e efetivamente foi levada em consideração por esta Casa, que aprovou ambas as proposições em 14 e em 19 de maio de 2009.

Em vista do envio da matéria ao Senado Federal, esgota-se, a nosso ver, o espaço para qualquer iniciativa formal desta Comissão, ficando aqui registrada a importância que lhe foi atribuída em nossas avaliações da conjuntura (Senado).

Crédito – Juros e Spread Bancário

Sugestão nº 13: Tomar medidas de redução mais efetiva do *spread* bancário.

Com o objetivo de ajustar tal medida a objetivos realizáveis no curto prazo, propomos um regime de metas de *spread*, a partir de estudos que realizamos nos últimos dois anos e que consolidamos na forma do Projeto de Lei nº 5.258, de 2009, que oferecemos recentemente em coautoria com os ilustres Deputados RICARDO BERZOINI e VIGNATTI.

Submetemos, pois, à apreciação dos ilustres Pares, recomendação para que essa matéria integre o rol de proposições cuja

aprovação seja prioritária, que apresentamos em nosso voto, na forma de uma Recomendação desta Comissão (Anexo 4 - V).

Crédito – Oferta – Juros e Spread

Sugestão nº 14: Operação estratégica dos bancos públicos no mercado financeiro, com vista a reduzir as taxas de *spread* praticadas.

A medida começou a ser posta em prática por orientação do governo a partir da última semana de maio. A redução de taxas anunciada pelo Banco do Brasil em 25 de maio foi de imediato acompanhada de movimentos similares por alguns bancos privados de grande porte, conforme destacado pelos principais jornais.

Entendemos que a medida é positiva e parece-nos que deva haver uma posição desta Comissão Especial, no sentido de recomendar sua continuidade. No entanto, por estar a medida efetivamente em curso, sugerimos que tal apoio deva ser externado ao longo da sua implementação (em andamento).

Crédito – Oferta - Garantias

Sugestão nº 15: Acompanhar a operacionalização dos dois fundos garantidores de empréstimos à indústria de pequeno e médio porte (fundos de aval), a ser criados nos termos da Medida Provisória nº 464, de 10 de junho de 2009, com vistas a aferir, dia a dia, a evolução das operações de crédito realizadas ao seu abrigo dirigidas às pequenas e médias empresas e afinar os procedimentos de concessão de crédito à exportação com a competição internacional, com vistas a garantir isonomia de tratamento ao exportador brasileiro.

Em vista da importância do instrumento para viabilizar o acesso das MPE a linhas de crédito para investimentos, incorporamos à Indicação ao Poder Executivo recomendação de encaminhar a esta Casa as informações indispensáveis a tal fim (Anexo 3.1 – II).

Micro e Pequenas Empresas - Crédito

Sugestão nº 16: Assegurar a aplicação integral de recursos disponíveis a microempresas e empresas de pequeno porte.

As microempresas e as empresas de pequeno porte do setor industrial têm sido particularmente afetadas pela crise. Por tal razão, é

importante que as linhas de crédito e os benefícios disponíveis a essas empresas devam permanecer disponíveis e plenamente operacionais durante o ano de 2009, evitando-se qualquer iniciativa de contingenciamento dos recursos correspondentes.

Consideramos a sugestão meritória e a incorporamos a Indicação enviada ao Poder Executivo (Anexo 3.1 – VI).

Comércio Eletrônico e Tributação - Modernização

Sugestão nº 17: Apreciar o Projeto de Lei nº 7.316, de 2002, que disciplina o uso de assinaturas eletrônicas e a prestação de serviços de certificação.

Trata-se de pedido encaminhado pelo Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio, que aponta a necessidade de atualizar a legislação que regula a Infraestrutura de Chaves Públicas (ICP-Brasil) e a aplicabilidade do documento eletrônico. Sugerimos, pois, sua aprovação, na forma da Recomendação que oferecemos (Anexo 4 – II).

Compras Governamentais - Racionalização

Sugestão nº 18: Prestar apoio ao Projeto de Lei nº 7.709, de 2007, e seus apensados, que dispõem sobre medidas de racionalização de procedimentos para compras governamentais.

Trata-se de proposições que modificam as normas aplicáveis a compras e contratações governamentais, em especial a inversão de fases e a aplicação do pregão eletrônico, o que poderá redundar em ganhos de eficiência nesses processos.

A matéria foi aprovada por esta Casa em maio de 2007. Em vista do envio do texto ao Senado Federal, esgota-se, a nosso ver, o espaço para qualquer iniciativa formal desta Comissão, ficando aqui registrada a importância que lhe foi atribuída em nossas avaliações da conjuntura (Senado).

Reforma Tributária - Modernização

Sugestão nº 19: Apreciar a Proposta de Emenda Constitucional nº 31, de 2007, e seus apensados, em especial a PEC nº 233, de 2008, que altera o Sistema Tributário Nacional e dá outras providências.

As propostas serviram de base para uma ampla discussão da matéria em Comissão Especial nesta Casa.

O texto oferecido ao Plenário atualiza nosso sistema tributário e contorna alguns de seus problemas para a indústria, antecipando o aproveitamento dos créditos de IVA e ICMS sobre aquisição de bens de capital; flexibilizando a transferência de créditos fiscais para quem adotar nota fiscal eletrônica e sistema de contabilidade digital; estabelecendo o princípio do destino na partilha do ICMS e promovendo a redução de contribuições sobre a folha de pagamento (Anexo 4 – I).

Transferências – Modernização

Sugestão nº 20: Desburocratizar a liberação de recursos de convênios firmados entre o governo federal e os municípios, destinados a obras e aquisições estruturantes, que tenham impacto positivo sobre a demanda do setor industrial.

Os convênios existentes entre o governo federal e as administrações estaduais e municipais são instrumentos indispensáveis para dar andamento à aquisição de equipamentos, à execução de emendas orçamentárias e a obras do PAC. No entanto, a demora na liberação de recursos vem sendo retardada, podendo chegar, em alguns casos, a mais de três anos.

Neste momento, em vista da necessidade de promover o investimento público e expandir a rede de proteção social ao cidadão de baixa renda em ambiente de crise, torna-se prioritário acelerar os trâmites para uma transferência eficaz de tais recursos.

Por tratar-se de iniciativa no âmbito do Poder Executivo, incorporamos a sugestão a Indicação ora oferecida (Anexo 3.1 – VII).

Investimentos Públicos – Racionalização

Sugestão nº 21: Criar Comissão Especial para examinar e apresentar sugestões, visando aperfeiçoar procedimentos legais e normativos que impactam sobre a eficiência e eficácia dos processos de aquisição e de investimento governamentais em bens industriais e de infraestrutura.

Os entraves ao investimento em obras de infraestrutura decorrem em parte, conforme apontado por estudiosos ouvidos nesta

Comissão, da morosidade no acompanhamento de sua execução e no exame dos efeitos ambientais e sociais decorrentes de sua implementação.

Uma avaliação da legislação aplicável e a proposta de normas e procedimentos que eliminem entraves burocráticos, elevando a eficácia e qualidade de tais controles, permitiriam conjugar melhor supervisão dos investimentos públicos com maior velocidade em sua aplicação (Anexo 5).

Política de Pleno Emprego – Proposta

Sugestão nº 22: Estudar programa de garantia de emprego a ser adotado pelo Poder Público.

A criação de programas de garantia de emprego poderá, no futuro, configurar política complementar para a promoção de avanços sociais. No entanto, sua adoção requer estudos aprofundados, para compatibilizar a proposta com a legislação trabalhista e do setor público.

Remetemos, pois, a sugestão à Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público para exame, na forma que esta considere mais adequada (Anexo 7).

Política Industrial – Atualização

Sugestão nº 23: Atualizar o Plano de Desenvolvimento Produtivo (PDP), adequando-o à nova realidade trazida pela crise econômica mundial.

A Política de Desenvolvimento Produtivo, coordenada pelo MDIC, mantém metas agregadas (as metas-País) e propõe instrumentos compatíveis com a situação de expansão do investimento nacional e de preservação do mercado externo compatíveis com o estágio anterior à crise.

Diante da nova realidade com que o Brasil se confronta, particularmente em relação ao setor externo, faz-se necessária uma atualização do PDP, de modo a que possa cumprir papel eficaz para a política industrial brasileira.

Por tratar-se de iniciativa no âmbito do Poder Executivo, incorporamos a sugestão a Indicação ora oferecida (Anexo 3.1 – IX).

4 Voto do Relator

Em vista do exposto, nosso voto é pela aprovação das Sugestões nº 1 a 23, desta Comissão, para o que apresentamos os Projetos de Lei, a Indicação e as Recomendações em anexo.

Sala da Comissão, em de julho de 2009

Deputado PEDRO EUGÊNIO

Relator

Anexo 1

PROJETO DE LEI Nº , DE 2009

(Da Comissão Especial destinada ao exame e a avaliação da Crise Econômico-Financeira e, ao final, formular propostas ao Poder Executivo e ao País, especificamente no que diz respeito à repercussão na Indústria – CRISE-IN)

Estabelece medidas de estímulo transitório ao investimento, altera o art. 1º da Lei nº 11.529, de 22 de outubro de 2007, e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta Lei trata de medidas de estímulo transitório ao investimento na forma de desconto dos créditos da Contribuição para o PIS/Pasep e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – Cofins na aquisição de bens de capital destinados à produção ou à fabricação de produtos e de depreciação acelerada dos referidos bens para efeito de cálculo do Imposto de Renda e da Contribuição Social sobre Lucro Líquido.

Art. 2º O art. 1º da Lei nº 11.529, de 22 de outubro de 2007, passa acrescido do seguinte parágrafo:

“Art. 1º.

.....

§ 4º O disposto neste artigo aplica-se aos bens de capital classificados nos capítulos 84 e 85 na TIPI e adquiridos até 31 de

julho de 2010, independentemente do produto a ser produzido ou fabricado.”(NR).

Art. 3º Para efeito de cálculo do Imposto de Renda e da Contribuição Social sobre Lucro Líquido, será admitido, para as mercadorias classificadas nos capítulos 84 e 85 da TIPI, adquiridas até 31 de julho de 2010, destinadas à integração ao ativo permanente do adquirente, coeficiente de depreciação equivalente ao duodécimo por mês do valor das mesmas.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

Os membros da “Comissão Especial destinada ao exame e à avaliação da Crise Econômico-Financeira e, ao final, formular propostas ao Poder Executivo e ao País, especificamente no que diz respeito à repercussão na Indústria” deliberaram no sentido de encaminhar o presente projeto de lei à apreciação das Sras. e Srs. Deputados.

Trata-se da autorização para aproveitamento integral do crédito referente à Contribuição para o PIS/Pasep e à Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – Cofins, no próprio mês da aquisição de bens de capital.

Esse incentivo será extensivo a bens classificados nos capítulos 84 e 85 (caldeiras, aparelhos, dispositivos, geradores, motores, turbinas, máquinas, equipamentos, máquinas-ferramentas, bombas, ventiladores, coifas, fornos e fornalhas, refrigeradores e congeladores, laminadores, centrifugadores, guindastes e pontes, conversores, cadinhos e colheres de fundição, geradores, transformadores, circuitos integrados, etc.) e destinados a todas as linhas de produtos. Porém, para minimizar seus efeitos sobre o caixa da União e potencializar o combate à crise, o desconto integral do crédito será limitado às compras realizadas até 31 de julho de 2010.

Propomos, ainda, a depreciação acelerada de tais mercadorias, quando destinadas à incorporação ao ativo permanente, para fins

de apuração do Imposto de Renda e da Contribuição Social sobre Lucro Líquido.

O impacto positivo das medidas propostas sobre a indústria de bens de capital, uma das mais afetadas, será significativo, motivo pelo qual contamos com o apoio dos nobres Pares para o seu aperfeiçoamento e aprovação.

Sala das Sessões, em de julho de 2009

Dep. Albano Franco – Presidente

Dep. Pedro Eugênio – Relator

Anexo 2

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº , DE 2009

(Da Comissão Especial destinada ao exame e a avaliação da Crise Econômico-Financeira e, ao final, formular propostas ao Poder Executivo e ao País, especificamente no que diz respeito à repercussão na Indústria – CRISE-IN)

Autoriza a divulgação de informações sobre operações de importação e exportação.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta lei modifica dispositivos da Lei nº 8.884, de 11 de junho de 1994, que “transforma o Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE em Autarquia, dispõe sobre a prevenção e a repressão às infrações contra a ordem econômica e dá outras providências”, e da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966, que “dispõe sobre o sistema tributário nacional e institui normas gerais de direito tributário aplicáveis à União, Estados e Municípios”, autorizando a divulgação de informações sobre operações de importação e exportação.

Art. 2º O art. 21 da Lei nº 8.884, de 11 de junho de 1994, passa a vigorar acrescido do seguinte parágrafo:

“Art. 21.

.....

§ 2º A divulgação, pelo Poder Público, de operações de importação ou exportação, efetuadas por empresário ou sociedade empresária, que possam resultar em modificação substancial das condições concorrenciais do mercado, independe de autorização judicial, devendo ser realizada, quando solicitada, após o desembaraço das mercadorias a que se refere.” (NR)

Art. 3º O art. 198 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966, com a redação dada pela Lei Complementar nº 104, de 10 de janeiro de 2001, passa a vigorar acrescido do seguinte inciso:

“Art. 198

.....

§ 3º

.....

IV – operações de importação ou exportação (NR).”

Art. 4º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

A Comissão Especial destinada ao exame e a avaliação da Crise Econômico-Financeira e, ao final, formular propostas ao Poder Executivo e ao País, especificamente no que diz respeito à repercussão na Indústria – CRISE-IN, recebeu, em suas audiências públicas, reclamações de setores que vêm sendo prejudicados por importações vindas de terceiros países, com a intermediação de países do Mercosul.

Uma das dificuldades de se dimensionar o porte dessas operações, que podem efetivamente desequilibrar a concorrência, é o sigilo com que são tratadas pelos órgãos de governo, em especial o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio.

Trata-se de interpretação do sigilo comercial por demais restritiva, na medida em que alcança operações de compra e venda já realizadas, cuja divulgação nada revela sobre a situação fiscal da empresa. Há que se destacar que o Brasil é singular nessa postura, vez que os demais países do Mercosul não restringem o livre acesso a tais informações, que de resto devem ser de fato públicas.

Um dos fundamentos da eficiência econômica é o livre trânsito de informações de mercado. A imposição de segredo a transações

meramente comerciais prejudica a competição e impõe imperfeições que resultarão em concentração, em prática desleal e em assimetria no tratamento de empresas concorrentes.

Em vista do disposto, esta Comissão submete à Casa esta proposta, que busca promover maior transparência no tratamento das operações de importação e exportação.

Sala das Sessões, em de julho de 2009

Dep. Albano Franco – Presidente

Dep. Pedro Eugênio – Relator

Anexo 3

REQUERIMENTO Nº , DE 2009

(Da Comissão Especial destinada ao exame e a avaliação da Crise Econômico-Financeira e, ao final, formular propostas ao Poder Executivo e ao País, especificamente no que diz respeito à repercussão na Indústria – CRISE-IN)

Requer o envio de indicação ao Poder Executivo, sugerindo a adoção de medidas para complementar o combate aos efeitos da crise econômico-financeira na indústria.

Senhor Presidente:

Nos termos do art. 113, inciso I e § 1º, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, requeiro a V. Exª. seja encaminhada ao Poder Executivo a indicação anexa, sugerindo medidas complementares para combater os efeitos da da crise econômico-financeira sobre a indústria nacional.

Sala das Sessões, em de julho de 2009.

Dep. Albano Franco – Presidente

Dep. Pedro Eugênio – Relator

Anexo 3.1

INDICAÇÃO Nº , DE 2009

(Da Comissão Especial destinada ao exame e a avaliação da Crise Econômico-Financeira e, ao final, formular propostas ao Poder Executivo e ao País, especificamente no que diz respeito à repercussão na Indústria – CRISE-IN)

Sugere a adoção de medidas para complementar o combate aos efeitos da crise econômico-financeira na indústria.

Excelentíssima Senhora Ministra-Chefe da Casa Civil:

A Comissão Especial destinada ao exame e a avaliação da Crise Econômico-Financeira e, ao final, formular propostas ao Poder Executivo e ao País, especificamente no que diz respeito à repercussão na Indústria – CRISE-IN –, deliberou no sentido de recomendar ao Poder Executivo as seguintes medidas complementares no combate aos efeitos da crise econômico-financeira na indústria:

I – Estender a redução do depósito compulsório dos bancos, promovendo a liberação de recursos correspondentes a depósitos a prazo naquelas instituições.

II – Divulgar estudos e iniciativas relativos à criação de fundos garantidores de crédito a micro e pequenas empresas (fundos de aval), consoante a Medida Provisória nº 464, de 10 de junho de 2009, promovendo o

envio, a esta Casa, de informações adequadas ao acompanhamento das operações de crédito realizadas.

III – Dar maior transparência às informações sobre importação e exportação de mercadorias, quando do interesse da política de comércio exterior e, em especial, nos casos em que os volumes dessas transações possam afetar a concorrência no mercado interno.

IV – Promover redução ulterior das alíquotas do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) dos bens de capital destinados à incorporação ao ativo fixo.

V – Preservar políticas regionais de geração de empregos industriais, reforçando obrigações de internação de tecnologia e de estímulo à produção local de manufaturados e tornando mais rigorosos os critérios de produção local para aprovação de processo produtivo básico.

VI – Assegurar a aplicação integral de recursos disponíveis a microempresas e empresas de pequeno porte, para fins de inovação, atualização tecnológica, aquisição de bens de capital e produção de mercadorias destinadas à exportação, em especial aqueles vinculados ao Fundo de Garantia para a Promoção da Competitividade (FGPC) ou fundo que venha a substituí-lo, ao Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) e aos benefícios previstos na Lei nº 11.196, de 2005.

VII – Dar celeridade à liberação de recursos no âmbito de convênios firmados pela União com administrações estaduais e municipais, destinados à aquisição de equipamentos e à realização de obras públicas.

VIII – Dotar o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES de linhas de crédito próprias para o financiamento de operações de comércio exterior e para a gestão de garantias relativas a tais operações, diretamente ou mediante entidade subsidiária.

IX – Atualizar a Política de Desenvolvimento Produtivo, adequando-a à nova realidade trazida pela crise econômica mundial.

X – Examinar a criação de mecanismos para o aproveitamento de créditos tributários acumulados por empresas exportadoras, relativos a tributos federais e estaduais.

Nas audiências públicas realizadas por esta Comissão foi asseverado o compromisso do Governo Federal com uma política de combate eficaz aos efeitos da crise econômico-financeira. Há um reconhecimento de todos os agentes econômicos ouvidos acerca do elevado grau de espírito público com que o governo vem agindo diante da conjuntura adversa.

A Comissão entende, por outro lado, que as medidas adicionais ora sugeridas irão reforçar a estratégia do Brasil no combate aos efeitos da crise na indústria, dando maior eficácia às iniciativas em andamento.

Sala das Sessões, em de julho de 2009.

Dep. Albano Franco – Presidente

Dep. Pedro Eugênio – Relator

Anexo 4

RECOMENDAÇÃO

(Da Comissão Especial destinada ao exame e a avaliação da Crise Econômico-Financeira e, ao final, formular propostas ao Poder Executivo e ao País, especificamente no que diz respeito à repercussão na Indústria – CRISE-IN)

Recomenda a apreciação das proposições que especifica.

Senhor Presidente da Câmara dos Deputados:

A Comissão Especial destinada ao exame e a avaliação da Crise Econômico-Financeira e, ao final, formular propostas ao Poder Executivo e ao País, especificamente no que diz respeito à repercussão na Indústria (CRISE-IN), recomenda a apreciação das seguintes proposições:

I – Projeto de Emenda Constitucional nº 31, de 2007, e seus apensados, em especial a PEC nº 233, de 2008, que altera o Sistema Tributário Nacional e dá outras providências.

II – Projeto de Lei nº 7.316, de 2002, que “disciplina o uso de assinaturas eletrônicas e a prestação de serviços de certificação”.

III – Projeto de Lei nº 227, de 2007, que “dispõe sobre a movimentação e armazenagem de mercadorias importadas ou despachadas para exportação, o alfandegamento de locais e recintos, a licença para explorar serviços de movimentação e armazenagem de mercadorias em Centro Logístico e Industrial Aduaneiro, altera a legislação aduaneira e dá outras providências”.

IV – Mensagem nº 155, de 2009, que “submete à consideração do Congresso Nacional o texto da Convenção relativa à Admissão Temporária, também conhecida como ‘Convenção de Istambul’, celebrado em Brasília, em 26 de junho de 1990, sob os auspícios da Organização Mundial de Aduanas.”

V – Projeto de Lei nº 5.258, de 2009, que “Institui o Sistema de Metas para a Margem Bancária a ser operado pelo Banco Central do Brasil”.

JUSTIFICAÇÃO

A Comissão Especial destinada ao exame e a avaliação da Crise Econômico-Financeira e, ao final, formular propostas ao Poder Executivo e ao País, especificamente no que diz respeito à repercussão na Indústria (CRISE-IN) avaliou que as matérias relacionadas nesta Recomendação poderão contribuir para a melhoria de condições estruturais do mercado nacional.

A Proposta de Emenda Constitucional nº 31, de 2007, e seus apensados, em especial a PEC nº 233, de 2008, que altera o Sistema Tributário Nacional e dá outras providências, serviram de base para uma ampla discussão da matéria em Comissão Especial nesta Casa. O texto oferecido ao Plenário atualiza nosso sistema tributário e contorna alguns de seus problemas para a indústria, antecipando o aproveitamento dos créditos de IVA e ICMS sobre aquisição de bens de capital, flexibilizando a transferência de créditos fiscais para quem adotar nota fiscal eletrônica e sistema de contabilidade digital, estabelecendo o princípio do destino na partilha do ICMS e promovendo a redução de contribuições sobre a folha de pagamento.

O Projeto de Lei nº 7.316, de 2002, ajusta a estrutura e funcionamento infraestrutura brasileira de chaves públicas (ICP-Brasil), criando um marco regulatório mais atualizado para seu funcionamento, hoje tratado pela MP 2.200-2, de 2001. Sua aprovação beneficiaria o mercado nacional ao assegurar valor jurídico e probante ao documento assinado digitalmente,

consolidando seu uso no registro eletrônico de contratos e transações comerciais entre pessoas jurídicas. Tal inovação simplificará o registro contábil, o recolhimento de tributos e a fiscalização.

O Projeto de Lei nº 227, de 2007, reestrutura o modelo jurídico de organização dos recintos aduaneiros, criando as condições básicas para ampliar recintos cuja área útil esteja esgotada e seja insuficiente para atender ao movimento e depósito de cargas a que se destina. É este o caso de vários portos brasileiros. Também deverá tornar mais atraente a licitação de recintos em locais de pequeno volume, tais como os postos de fronteira. Em ambos os casos, resultará em maior eficiência das operações de recebimento e expedição de cargas, beneficiando o comércio exterior do Brasil.

A Mensagem nº 155, de 2009, submete ao Congresso Nacional o texto da Convenção de Istambul, vigente desde 1993, que regula a admissão temporária de bens, com suspensão de tributos. Ao aderir à Convenção, o Brasil uniformiza procedimentos aduaneiros com os países industrializados, facilitando o envio de amostras, a participação de empresas brasileiras em congressos e feiras no exterior, bem como a organização de tais eventos no País, o que servirá para dar celeridade à identificação de oportunidades de negócios e ao estabelecimento de transações comerciais com o exterior.

O Projeto de Lei nº 5.258, de 2009, enfim, cria um sistema de metas para a margem bancária (*spread*), oferecendo incentivos à sua gradual redução, de modo a alinhar os juros praticados no País com os padrões internacionais, o que poderá resultar em menor custo do capital, contribuindo, em particular, para uma maior produtividade das empresas de pequeno e médio porte.

Sala das Sessões, em de julho de 2009.

Dep. Albano Franco – Presidente

Dep. Pedro Eugênio – Relator

Anexo 5

RECOMENDAÇÃO

(Da Comissão Especial destinada ao exame e a avaliação da Crise Econômico-Financeira e, ao final, formular propostas ao Poder Executivo e ao País, especificamente no que diz respeito à repercussão na Indústria – CRISE-IN)

Sugere a instalação de Comissão Especial destinada a examinar e apresentar sugestões de aperfeiçoamento dos processos de aquisição e investimento público em bens industriais e de infraestrutura.

Senhor Presidente da Câmara dos Deputados:

A Comissão Especial destinada ao exame e a avaliação da Crise Econômico-Financeira e, ao final, formular propostas ao Poder Executivo e ao País, especificamente no que diz respeito à repercussão na Indústria (CRISE-IN), sugere a criação de Comissão Especial para examinar e apresentar sugestões de aperfeiçoamento dos processos de aquisição e investimento público em bens industriais e de infraestrutura.

JUSTIFICAÇÃO

No exame dos ajustes estruturais que poderão auxiliar na retomada do crescimento econômico após o período de retração decorrente da

crise, foi apontada a importância de se retomar, com maior ímpeto, os investimentos públicos.

Os entraves ao investimento em obras de infraestrutura decorrem em parte, conforme apontado por estudiosos ouvidos nesta Comissão, da morosidade no acompanhamento de sua execução e no exame dos efeitos ambientais e sociais decorrentes de sua implementação.

Uma avaliação da legislação aplicável e a proposta de normas e procedimentos que eliminem entraves burocráticos, elevando a eficácia e qualidade de tais controles, permitiriam conjugar melhor supervisão dos investimentos públicos com maior velocidade em sua aplicação.

Trata-se de tema que, por sua complexidade, mereceria exame pormenorizado da parte desta Casa, pelo que sugerimos a criação de Comissão Especial para tal fim.

Sala das Sessões, em de julho de 2009.

Dep. Albano Franco – Presidente

Dep. Pedro Eugênio – Relator

Anexo 6

RECOMENDAÇÃO

(Da Comissão Especial destinada ao exame e a avaliação da Crise Econômico-Financeira e, ao final, formular propostas ao Poder Executivo e ao País, especificamente no que diz respeito à repercussão na Indústria – CRISE-IN)

Sugere a apreciação, pela Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio, da situação de cada subsetor da indústria nacional, no que diz respeito a benefícios à importação de insumos e de bens de capital.

Senhor Presidente da Câmara dos Deputados:

A Comissão Especial destinada ao exame e a avaliação da Crise Econômico-Financeira e, ao final, formular propostas ao Poder Executivo e ao País, especificamente no que diz respeito à repercussão na Indústria (CRISE-IN), sugere a apreciação, pela Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio, da situação de cada subsetor da indústria nacional, no que diz respeito a benefícios à importação de insumos e de bens de capital.

JUSTIFICAÇÃO

Tais benefícios foram requeridos, na maior parte dos casos, com o intuito de dotar de eficácia as cadeias produtivas de diversos produtos industrializados. No entanto, em vista dos efeitos da crise sobre o fluxo de comércio e a adoção de medidas protecionistas por nossos parceiros comerciais, é oportuno que uma avaliação de tais medidas seja periodicamente conduzida.

Dada a extensão e complexidade da avaliação, que deve resultar em varredura de todos os setores industriais, remetemos a sugestão à Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio, para que esta a aprecie na forma que considere mais adequada

Sala das Sessões, em de julho de 2009.

Dep. Albano Franco – Presidente

Dep. Pedro Eugênio – Relator

Anexo 7

RECOMENDAÇÃO

(Da Comissão Especial destinada ao exame e a avaliação da Crise Econômico-Financeira e, ao final, formular propostas ao Poder Executivo e ao País, especificamente no que diz respeito à repercussão na Indústria – CRISE-IN)

Sugere a apreciação, pela Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público, de programa de garantia de emprego apresentado a esta Comissão.

Senhor Presidente da Câmara dos Deputados:

A Comissão Especial destinada ao exame e a avaliação da Crise Econômico-Financeira e, ao final, formular propostas ao Poder Executivo e ao País, especificamente no que diz respeito à repercussão na Indústria (CRISE-IN), sugere a apreciação, pela Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público, de programa de garantia de emprego apresentado a esta Comissão em audiência pública.

JUSTIFICAÇÃO

A criação de programas de garantia de emprego poderá, no futuro, configurar política complementar para a promoção de avanços

sociais. No entanto, sua adoção requer estudos aprofundados, para compatibilizar a proposta com a legislação trabalhista e do setor público.

Remetemos, pois, a sugestão à Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público para exame, na forma que esta considere mais adequada

Sala das Sessões, em de julho de 2009.

Dep. Albano Franco – Presidente

Dep. Pedro Eugênio – Relator